

Quem disse ?

«A “nova economia” é o casino dos alquimistas neoliberais, em que o vencedor fica com tudo – “winner takes all”»

Alfredo Barroso
Expresso, 15 de Abril



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Primeiro-ministro e António Costa sublinham:

Justiça funcionou no caso da Moderna

O ministro da Justiça, António Costa, não comentou as prisões de responsáveis da Universidade Moderna, afirmando não estar disposto a abrir a exceção de se pronunciar sobre acasos jurídicos. No entanto, de acordo com o titular da pasta da Justiça, neste caso, «cada um terá cumprido o seu papel e isso é positivo», salientando, depois, que «todo o tipo de criminalidade tem de ser investigada e todo o tipo de investigação deve ser concluída». Como salientou António Costa, «todo o tipo de criminalidade deve ser investigada, para que não se pense que alguns gozam de impunidade». Em matéria de meios para a investigação criminal, o ministro da Justiça sublinhou que o Governo pretende reforçá-los, designadamente na Polícia Judiciária, para acabar com as pendências acumuladas.

Quanto às preocupações manifestadas pelo bastonário da Ordem dos Advogados, Pires de Lima, relativamente à detenção dos arguidos do caso Moderna, António Costa afirmou não as conhecer, mas se lhe fosse apresentada uma queixa pela Ordem dos Advogados iria averiguar o assunto.

Também António Guterres se recusou a comentar a detenção de quatro responsáveis da Universidade Moderna, mas declarou que tem confiança na justiça, «a quem compete tratar com independência todos os processos».

«A justiça provou a sua independência tanto face ao Governo, como a todos os partidos políticos», acrescentou o primeiro-ministro. Esperando que tudo seja feito do melhor modo, António Guterres salientou confiar que «os magistrados portugueses irão actuar com isenção». Por essa razão, considerou inaceitáveis as queixas de Pedro Santana Lopes contra uma falsa manipulação política deste caso relacionado com alguns responsáveis da Universidade Moderna.

Lei Eleitoral para a Presidência da República

Voto Emigrante nas Presidenciais

Governo exige critérios de verdade

Dando cumprimento a mais uma medida constante no Programa do Governo, o ministro da Reforma do Estado apresentou no Parlamento a lei eleitoral para a Presidência da República. O diploma do Executivo de Guterres abre a porta a um alargamento do direito de voto a cidadãos portugueses não residentes em território nacional. No entanto, ao contrário dos projectos do PSD e do PP, o PS e o Governo exigem critérios de verdade, designadamente de forma a impedir que um emigrante exerça o seu direito de voto em simultâneo no país em que reside e em Portugal. Alberto Martins deixou ainda bem claro que, em nome da fiabilidade do acto eleitoral, os socialistas nunca aceitarão o voto por correspondência.



União Europeia

Ferro Rodrigues anula interpelação do PCP Temos melhor emprego em Portugal



O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, desmontou ponto por ponto todos os velhos dogmas do PCP em matéria de política laboral. Ao contrário daquilo que procuraram transmitir os deputados comunistas, o ministro apresentou dados objectivos que provam que o emprego é hoje melhor em Portugal.

Sociedade & País

Programa Polis Requalificar 11 cidades com 160 milhões de contos



Ao todo serão 11 as cidades que vão ser beneficiadas na primeira fase do Programa Polis, uma iniciativa que pretende requalificar espaços urbanos ou zonas industriais degradadas, à semelhança do que foi feito com a realização da Exposição Mundial de Lisboa.



Polis – Salvar as Cidades

O Programa Polis, apresentado na mais populosa Freguesia do País – Cacém – é o grande instrumento de recuperação de uma certa dignidade e qualidade de vida que alguns concelhos perderam devido ao crescimento desordenado e caótico a que se viram submetidos nos últimos anos.

Os gravíssimos erros urbanísticos cometidos nas últimas décadas criaram gigantescos problemas de natureza social e ambiental. A selvática política do betão não permitiu a construção de cidades organizadas, pensadas e sobretudo ao serviço dos cidadãos – afinal aqueles a quem, exactamente, se destinavam.

Perante este cenário, a requalificação urbana e ambiental assume hoje um papel fundamental como meio para salvar a cidade, assumindo-se como um dever do Estado e uma responsabilidade de todos, enquanto factor de desenvolvimento regional, económico e social.

Como país desenvolvido, Portugal tem que participar solidariamente na resolução dos grandes problemas ambientais globais. Mas deverá igualmente tratar das suas questões ambientais, defender a competitividade de actividades como o turismo e promover a qualidade de vida das populações.

Sensível a este problema, o Governo tem vindo a apostar no melhoramento do ambiente urbano através de intervenções concertadas no domínio do urbanismo, dos transportes, da energia, da habitação, da acção social, da saúde, da promoção da qualidade do ar, do ambiente acústico e da biodiversidade em espaços urbanos.

Hoje, as cidades são entendidas como motores de desenvolvimento e espaço de direitos como a saúde e o emprego, de novas afirmações de identidade, de memória, de silêncios e de uma cidadania mais plena.

Tem sido objectivo do Governo de António Guterres corrigir as assimetrias regionais visando um desenvolvimento harmonioso das diferentes regiões do País. Neste sentido, a aprovação do Programa Polis – um investimento de 160 milhões –, vem ao encontro desta preocupação ao criar condições objectivas para a recuperação com qualidade obedecendo a quatro desígnios estratégicos e emblemáticos: as Cidades Verdes; as Cidades Digitais; as Cidades do Conhecimento e do Entretenimento; Cidades Intergeracionais.

A aprovação do programa Polis em 11 concelhos do país, que se estenderá brevemente a mais sete, é a demonstração inequívoca de que o ambiente e o ordenamento do território constituem uma das prioridades políticas da acção governativa.



JOVENS DIALOGAM COM SOARES

O «AS» de 22 de Abril de 1982 dava grande destaque na sua primeira página a um comunicado da Comissão Permanente do PS.

Na nota à Imprensa, este órgão do PS exprimia a sua máxima preocupação pelas consequências das medidas económico-financeiras decretadas pelo Governo da AD e anunciadas pelo ministro das Finanças.

«Acentuado agravamento das condições de vida» e «Desorientação e incompetência do Governo AD» titulava o «AS» na sua primeira página.

No canto superior direito, e em vésperas de mais um aniversário da Revolução dos Cravos, anunciava-se que o PS se associava à homenagem aos capitães de Abril.

No órgão oficial do PS dava-se ainda uma ampla cobertura a uma iniciativa plena de significado levada a cabo pelo então secretário-geral, camarada Mário Soares, ao passar um dia na sua casa de Nafarros com um grupo de vinte jovens pertencentes a vários quadrantes políticos e com os quais debateu durante sete horas temas políticos, culturais, da actualidade, da juventude.

J. C. C. B.

22 de Abril

Quem disse?

«Sem um esforço de tolerância a democracia não passará de uma aparência ou de um rito»

Salgado Zenha



Agricultura Guterres anuncia programa para renovar vinha

O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou, no dia 16, em Braga, que «está em preparação muito avançada o programa mais ambicioso de sempre de renovação da vinha», num total de 20 mil hectares que estavam «perdidos».

Guterres, que falava à margem do encerramento da Agro'2000, disse que o programa resulta das negociações da Agenda 2000 realizadas em 1999, quando o Governo português conseguiu «libertar direitos que estavam perdidos para 20 mil hectares de renovação de vinha».

O chefe do Executivo explicou que o programa terá oito planos regionais e visa recuperar quatro mil hectares de vinha por ano, «com um apoio aos agricultores, que passa de 60 para 75 por cento e triplicando

o volume financeiro de ajudas».

O primeiro-ministro destacou como outra vantagem o facto de esta contribuição da União Europeia chegar separada do III Quadro Comunitário de Apoio, pelo que não significa uma perda de apoios para outros sectores da actividade agrícola e económica.

«É uma oportunidade que espero que os agricultores portugueses e os vitivinicultores aproveitem, porque se trata do mais ambicioso programa de sempre, numa cultura que tem muito futuro em Portugal», salientou.

António Guterres frisou que a vinha é actualmente uma das culturas que mais propicia futuro à agricultura portuguesa, pela sua qualidade e rentabilidade.

Música Ministério da Cultura apoia 129 projectos

O Ministério da Cultura vai apoiar este ano 129 projectos musicais com 179 mil contos, no âmbito da selecção anual efectuada através do Instituto Português de Artes do Espectáculo (IPAE), foi anunciado na passada quinta-feira, dia 13.

Este financiamento abrange projectos musicais de carácter profissional e iniciativa não governamental que não se enquadram no universo seleccionado para concurso público anual.

Das 226 candidaturas provenientes de todo o País foram seleccionadas 129 com apoios que variam entre os 12 mil e os 200 contos de um total global de 179 605 contos.

As iniciativas apresentadas a selecção abrangem os sectores de criação, estudos e investigação, edições, formação, projectos de circulação musical, concursos e outras acções de defesa, valorização e divulgação do património musical.

Zorrinho e Strecht Ribeiro na direcção do GP/PS

Os deputados Carlos Zorrinho, eleito pelo círculo eleitoral de Évora, e Jorge Strecht Ribeiro, pelo círculo do Porto, aceitaram no dia 17 o convite do

presidente do presidente do Grupo parlamentar do PS, Francisco Assis, para integrarem a direcção da bancada socialista.

Desemprego Inscritos no IEFP caíram 10 por cento em Março

O número de inscritos nos centros de emprego caiu 10 por cento, em Março e relativamente a igual mês do ano passado, quebrando em termos homólogos pelo 39º o mês consecutivo.

No final do mês passado, eram 340.398 os inscritos nos centros de emprego, menos 37.832 que os registados de Março de 1999.

Em termos regionais, o Algarve registou a maior quebra, com menos 19,8 por cento de inscritos.

Trata-se de um valor significativo, tendo em conta que ainda não estamos na época alta.

Na Região de Lisboa, a redução do número de inscritos foi da ordem dos 12,5 por cento, enquanto na Região Centro (uma

das regiões europeias com menor taxa de desemprego) foi apurada uma quebra de 8,9 por cento.

Na Região do Alentejo, a descida dos inscritos nos centros de emprego cifrou-se em 7,7 por cento, enquanto na Região Norte se contabilizaram menos 7,5 por cento de pessoas inscritas.

O desemprego entre os jovens caiu 20 por cento, o mesmo acontecendo com o número de jovens à procura do primeiro emprego, que quebrou 18,1 por cento que em Março de 1999.

No caso dos desempregados de longa duração, a descida verificada foi de 12,1 por cento, sendo mais representativa entre as mulheres, com menos 12,7 por cento de inscritas.

GOVERNO EXIGE CRITÉRIOS DE VERDADE

Dando cumprimento a mais uma medida constante no Programa do Governo, o ministro da Reforma do Estado apresentou no Parlamento a lei eleitoral para a Presidência da República. O diploma do Executivo de Guterres abre a porta a um alargamento do direito de voto a cidadãos portugueses não residentes em território nacional. No entanto, ao contrário dos projectos do PSD e do PP, o PS e o Governo exigem critérios de verdade, designadamente de forma a impedir que um emigrante exerça o seu direito de voto em simultâneo no país em que reside e em Portugal. Alberto Martins deixou ainda bem claro que, em nome da fiabilidade do acto eleitoral, os socialistas nunca aceitarão o voto por correspondência.

O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, apresentou quinta-feira na Assembleia da República a proposta de lei eleitoral para a Presidência da República, que prevê o direito de voto dos cidadãos portugueses no estrangeiro, dando assim cumprimento ao Programa do Governo e à Constituição. Como lembrou Alberto Martins, «a solução matricial expressa pela Constituição afirma o direito de voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, desde que tenham laços de efectiva ligação à comunidade nacional. A solução legal que apresentamos aponta assim inequivocamente para a genuinidade da cidadania de entre os que têm a nacionalidade portuguesa e, naturalmente, para a adesão a regras de fiabilidade democrática no exercício do voto», explicou.

Segundo o membro do Governo, há uma palavra que define o alcance da proposta do Executivo: «A verdade. A verdade do voto democrático e a verdade da condição de cidadão de nacionalidade portuguesa com laços efectivos a Portugal. Recusámo-nos, à partida, em absoluto, a discutir esta matéria debaixo do chapéu de chuva ou bandeira das emoções fáceis, ou até gratuitas, muito menos de pragmatismos sem princípios», disse, dirigindo-se indirectamente às bancadas do PSD e do PP.

Tal como evidenciou o ministro da Reforma do Estado, o alargamento do voto aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro tem, à partida, uma dificuldade, já que «nem todas as pessoas que têm por lei nacionalidade portuguesa podem ser consideradas como ligadas efectivamente à comunidade portuguesa. Há pessoas com nacionalidade portuguesa que não falam a nossa língua, não partilham a nossa



comunidade de cultura e história, de afecto, estão desligados de Portugal, nalguns casos raros têm nacionalidade de conveniência», demonstrou o membro do Governo.

Por outro lado, acrescentou, «não existem dados precisos sobre o número de não residentes considerados cidadãos portugueses, mas as estimativas recentemente vindas a público apontam para números que vão para além dos quatro milhões. Isto quer dizer que existe um português não residente por cada três (ou menos) portugueses residentes em território nacional», advertiu ainda, no ponto em que justificava a necessidade de limitar este universo eleitoral, inclusivamente para respeitar o princípio constitucional sobre voto dos emigrantes em eleições para a Presidência da República.

A questão-chave da Lei

Na proposta de lei, alarga-se o universo de eleitores que a título imediato se encontravam já previstos no texto constitucional, admitindo-se que sejam eleitores do Presidente da República os cidadãos residentes no estrangeiro que se encontrem inscritos nos cadernos eleitorais para a eleição da Assembleia da República à data da publicação da presente lei. Como adiantou ainda Alberto Martins, são também eleitores do Presidente da República «os cidadãos residentes em Macau e Timor, os residentes no estrangeiro que tenham deixado de ter residência

capacidade cívica para obter o direito a exercer em concreto o direito de voto. Mas antes disso é preciso definir quem vota. Não chega ter nacionalidade portuguesa. A nacionalidade é um pressuposto de cidadania, mas ser cidadão português é integrar a comunidade do Estado Português. Ora, o exercício de determinados direitos e a sujeição a determinados deveres resulta, ou pode resultar, incompatível com a ausência do território nacional, não obstante a nacionalidade portuguesa: a Constituição exige a ligação efectiva à comunidade nacional», disse.

Exigência do voto presencial

Outro aspecto importante da proposta apresentada pelo ministro da Reforma do Estado é o carácter presencial do voto exercido no estrangeiro. Como salientou no debate parlamentar, «só desta forma serão assegurados os requisitos constitucionais da pessoalidade e sigilo do direito de sufrágio». Numa crítica às ideias do PSD e do PP sobre esta matéria, o membro do Governo salientou que «ninguém garante, ou pode garantir, que no voto por correspondência, o direito de voto seja pessoal e livremente exercido pelo seu titular, sem constrangimentos. Não há possibilidade material de garantia da autenticidade plena de voto, tal como é impossível provar a garantir o seu secretismo».

Em contraponto, de acordo com Alberto Martins, «o princípio do voto secreto é uma garantia da própria liberdade de voto. Além de exigir a proibição de sinalização do voto, pressupõe também a impossibilidade de uma reconstrução posterior no sentido da imputabilidade subjectiva do voto». Por esta razão, em termos de segredo de voto, o voto por correspondência torna-se problemático, «porque ele não permite às entidades responsáveis garantir ao voto um autêntico carácter secreto».

Ou seja, mais do que a eventual inconstitucionalidade do voto por correspondência, Alberto Martins sublinha que o que importa é a verdade. «Importa-nos a fiabilidade do voto, o saber da ciência certa de quem vota, votou quis votar e faz do exercício livre do voto um acto sério de ligação efectiva e activa à comunidade nacional», declarou.

Em conclusão, através da presencialidade, «para além da fiabilidade do voto, assegura-se ainda, provavelmente, uma maior participação dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, cuja abstenção nos actos eleitorais tem crescido significativamente, uma vez que o voto via postal é considerado de forma comum como uma grave injustiça, que marginaliza e desmotiva os portugueses radicados no estrangeiro», acentuou Alberto Martins.

TEMOS MELHOR EMPREGO EM PORTUGAL

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, desmontou ponto por ponto todos os velhos dogmas do PCP em matéria de política laboral. Ao contrário daquilo que procuraram transmitir os deputados comunistas, o ministro apresentou dados objectivos que provam que o emprego é hoje melhor em Portugal. No plano quantitativo, a taxa de desemprego desce há 39 meses consecutivos. Combateu-se a exclusão social. Investiu-se na formação contínua dos activos e, no quadro do mercado social de emprego, lançou-se um conjunto de novas medidas, tendo em vista proporcionar oportunidades de inserção, através da prestação de serviços às famílias e às comunidades.



Quer o PCP queira ou não, a situação do emprego em Portugal está melhor. Quer o PCP queira ver quer não queira ver, estamos a trabalhar pela equidade do emprego, no contexto de uma modernização económica necessária e desejável e que respeite e aprofunde os direitos dos trabalhadores». Assim finalizou Ferro Rodrigues o seu discurso na Assembleia da República, durante a interpelação da bancada comunista sobre a situação do emprego em Portugal.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, porém, não negou os problemas e as dificuldades no seu domínio. «Mas, da mesma forma que nos últimos anos passámos de uma situação de emergência no desemprego para uma situação claramente positiva, estamos seguros de que a continuação de políticas determinadas e activas permitirão fazer da qualidade de emprego o grande desígnio português da primeira década do novo milénio», respondeu.

No início do seu discurso, Ferro Rodrigues começou por lembrar que há 39 meses consecutivos que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego desce, situando-se hoje, em cerca de 340 mil inscritos, um valor que é o mais baixo desde 1993 para esta época do ano. «A taxa de desemprego tem vindo a baixar sistematicamente, sendo, de acordo com os últimos dados disponíveis, de 41 por cento – também o valor mais baixo desde 1993». A baixa global do desemprego, concluiu o membro do Governo, «faz de Portugal um dos países da União Europeia com a taxa mais baixa, inferior à do Japão e semelhante à dos Estados Unidos da América – países conhecidos pela sua capacidade de gerar emprego – e precisamente metade da média comunitária».



Por outro lado, como salientou o ministro do Trabalho e da Solidariedade, «tem havido uma significativa criação de emprego, tendo crescido, em 1999, 1,9 por cento – isto, quando idênticos resultados já se haviam verificado em 1996, 1997 e 1998. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, desde 1995 foram criados uns impressionantes 380 mil novos postos de trabalho».

Maior combate à fraude

Ferro Rodrigues recusou também qualquer aumento do trabalho precário, ou a ausência de inspeções para o cumprimento da lei laboral. Segundo o membro do Governo, os trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço (inclui obviamente o falso trabalho independente) diminuíram em 1999 cerca de três por cento. «Esta diminuição, por si só responsável pela diminuição do peso dos trabalhadores por conta própria no emprego total, assenta, em larga medida, no combate que o Governo tem levado a cabo contra o falso trabalhador independente», justificou.

Sobre a actividade da Inspeção-Geral do Trabalho, de referir que, em 1997, as sanções aplicadas foram de 575 mil contos, enquanto que, no ano passado, as mesmas sanções ascenderam a um milhão de contos. Por outro lado, por acção directa da Inspeção-Geral do Trabalho, entre 1997 e 1999, foram regularizadas mais de 20 mil situações de trabalho ilegal, clandestino ou precário. «Estamos pois a lutar decididamente contra a precaridade, ou seja, contra o uso irregular da flexibilidade laboral, necessária à dinamização do

emprego», apontou Ferro Rodrigues. Também a evolução dos salários em Portugal tem sido positiva. Como recordou o ministro socialista no debate na Assembleia da República, o país partiu de uma situação negativa, tendo o nível salarial mais baixo da União Europeia. Contudo, quer o rendimento médio dos portugueses quer as remunerações médias do trabalho apresentaram, na segunda metade da década de 90, um movimento de convergência com a média da União Europeia. «Nos últimos quatro anos, os salários apresentaram um acréscimo real, tanto em termos de salário médio nacional, como dos salários convencionais, como em geral nos salários médios. O salário mínimo nacional tem crescido sistematicamente a um ritmo superior aos salários convencionais», salientou o ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Trabalhadores com melhores salários

Na Assembleia da República, Ferro Rodrigues optou por apresentar provas de todos os números que divulgava. Assim, mostrou que, em 1999, o salário mínimo nacional cresceu em termos nominais 4,1 por cento, o mesmo sucedendo este ano, e no que toca aos serviços domésticos o crescimento foi de 5,5 por cento. «É este crescimento que faz com que, em termos reais, tenha ocorrido um crescimento de 1,8 por cento do salário médio nacional e de 2,8 por cento para os serviços domésticos», acrescentou. Finalmente, e apesar de ainda não haver dados disponíveis no que respeita aos dois últimos anos, em 1997, os trabalhadores com salários mais baixos

(salário inferior a dois terços da mediana) eram 13,1 por cento do total, quando, em 1994, eram 14,7 por cento e, em 1993, 15,5 por cento.

«Ao contrário do que o PCP frequentemente afirma no que se refere à distribuição do rendimento disponível dos particulares, a situação nos últimos anos em que existem dados, designadamente em 1996, 1997 e 1998, evoluiu de forma claramente favorável às remunerações do trabalho em comparação com os rendimentos de empresas e propriedades», declarou o membro do Governo. A relação entre remunerações do trabalho e lucros foi a seguinte: em 1996, 6,5 contra 3,8 por cento; em 1997, 7,3 contra 2,5 por cento; e em 1998, 8,5 contra sete por cento.

A grande preocupação de Ferro Rodrigues situa-se antes no baixo nível de qualificações e habilitações da população portuguesa, reflectindo défices acumulados ao longo de décadas. Este, segundo o ministro, «é o maior obstáculo à consolidação dos níveis de emprego em Portugal e à melhoria da sua qualidade, bem como ao aumento da competitividade da economia nacional. No entanto, também neste domínio o país tem razões para possuir algum optimismo em relação ao futuro. «Se, no que toca aos adultos, Portugal apresenta uma estrutura de qualificações da população empregada pouco favorável, já a estrutura habilitacional dos jovens é mais favorável, encontrando-se a taxa de participação no sistema educativo próxima da média comunitária». Tal como frisou Ferro Rodrigues, «a proporção de detentores do ensino secundário ou superior no conjunto da população activa aumentou de 19,6 por cento em 1998 para 20,7 por cento no ano passado».

VALORIZAR O AMBIENTE DAS CIDADES

O Executivo socialista deu luz verde ao Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – na reunião de Conselho de Ministros que decorreu quinta-feira, dia 13, em Lisboa.

A vida urbana tornou-se a fonte de alguns dos principais problemas ambientais sentidos directamente pela população, especialmente no que diz respeito à ausência de espaços públicos de qualidade, à carência de zonas de lazer e ao aumento dos problemas de congestionamento de trânsito com a correspondente degradação da qualidade do ar e o aumento dos níveis de ruído.

Uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento constitui uma das prioridades políticas da acção do Governo. Assim se explica a adopção de medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas.

Essas medidas têm como elemento essencial a criação do Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades que, com base nas disponibilidades financeiras do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), se propõe desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visem a qualificação urbanística e ambiental das cidades.

As iniciativas a apoiar pelo Programa Polis, cuja execução representa um investimento da ordem dos 160 milhões de contos (incluindo 92 milhões de fundos comunitários), centram-se em torno de quatro designios estratégicos e emblemáticos:

- **Cidades Verdes:** cidades que para além de resolverem os seus problemas de infra-estruturação ambiental básica, usam atribuir ao ambiente um papel essencial no processo de requalificação urbana, nomeadamente através do reordenamento do trânsito e da criação de novas formas de mobilidade, da criação de espaços públicos de qualidade, da valorização de «âncoras» ambientais como linhas de água ou frentes de mar.

Das cidades verdes exige-se também que caminhem no sentido de uma gestão ambiental exemplar, inserida numa estratégia de sustentabilidade que minimize aquilo que hoje se designa por «pegada ecológica».

- **Cidades Digitais:** cidades que não dispõem apenas de bons serviços de comunicação digital, mas em que se fomenta também a cultura da sua utilização para todos os fins, nomeadamente comerciais, escolares, culturais, lúdicos, e de participação cívica.

Abre-se deste modo caminho para favorecer a sua inserção, e a inserção dos seus cidadãos, num espaço mais «desterritorializado», em que as periferias

se tornam menos gravosas, e que seja mais consentâneo com os novos desafios das sociedades contemporâneas.

- **Cidades do Conhecimento e do Entretenimento:** cidades dotadas de infra-estruturas científicas e tecnológicas, de espaços culturais e de aprendizagem artística, de infra-estruturas de diversão, para além de estabelecimentos de ensino a todos os níveis capazes de atrair, formar e fixar uma população jovem e apetrechada para dar um novo fôlego à vida económica e cultural das cidades portuguesas.

O conhecimento e o entretenimento estão nas fronteiras de uma nova economia em que as cidades portuguesas se têm de posicionar como pólos de criação e aglutinação.

- **Cidades Intergeneracionais:** cidades que têm a preocupação de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários ou sociais, recentrando a vida da *urbe*, atribuindo novas funcionalidades aos centros históricos, e promovendo a requalificação urbana e a reabilitação habitacional dos «cascos históricos» de forma a reabri-los às novas gerações.

Na perspectiva do Programa Polis, a riqueza e diversidade da vida urbana precisa basear-se no «interclassismo», no «interculturalismo» e na «intergeracionalidade» de forma a promover a

coexistência e o entrosamento de diferentes estilos de vida no espaço urbano.

Da teoria à prática...

Ainda na reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira foi aprovada uma resolução que fixa a estrutura orgânica do Programa Polis.

Este diploma vem criar a estrutura de dinamização e acompanhamento do projecto, designada Gabinete Coordenador do Programa Polis, cuja natureza é a de estrutura de missão, bem como a sua composição e competências.

Igualmente aprovada foi a proposta de lei que autoriza o Governo a criar o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Polis. A fim de possibilitar a concretização das intervenções necessárias à boa execução do programa, as sociedades gestoras a criar no âmbito do mesmo devem estar sujeitas a um regime especial que, a título excepcional, lhes dê poderes e crie condições para realizar as intervenções em condições consentâneas com as necessidades que por esta via se pretende resolver, bem como no respeito pelos termos, condições e horizonte temporal exigidos pelo III QCA.

Por último, os ministros deram carta branca

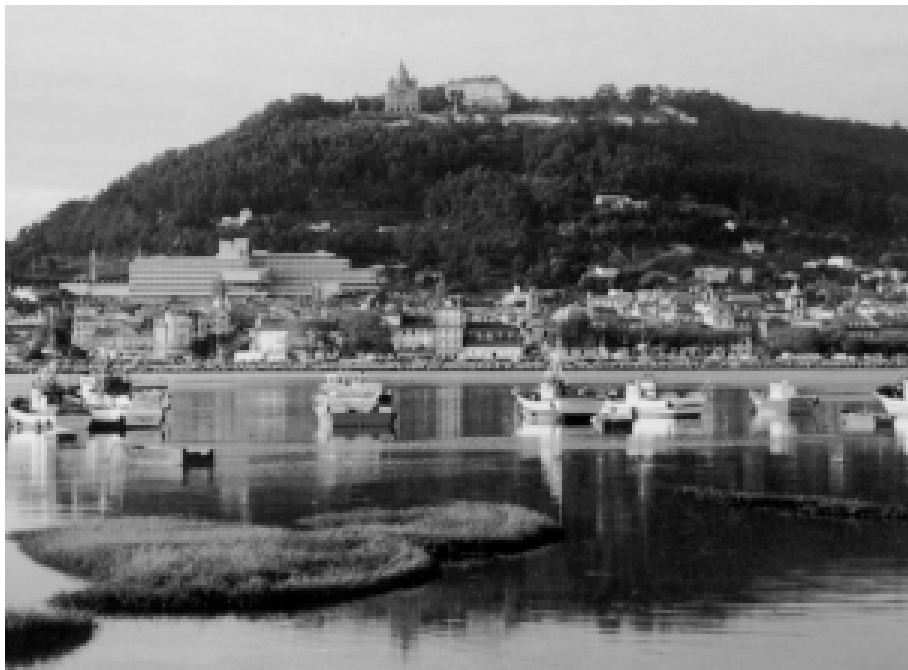
ao decreto-lei que estabelece as medidas preventivas com vista a salvaguardar a execução das intervenções previstas no Programa Polis.

Uma componente importante do Polis diz respeito a intervenções de grande significado e que se pretendem exemplares, realizadas em parceria entre o Executivo e as autarquias locais.

Contudo, a definição pormenorizada das intervenções a realizar no âmbito do programa constitui um processo complexo, que ainda não se encontra concluído, sendo que, neste momento, apenas é possível definir as áreas destinadas à realização dessas intervenções.

Assim, com o objectivo de prevenir alterações que comprometam ou inviabilizem a execução do Programa Polis, bem como de contrariar o surgimento de actividades de especulação imobiliária nas respectivas zonas de intervenção, foi delimitado desde já o seu âmbito territorial e criadas as condições necessárias para o arranque dos trabalhos, proibindo a realização de intervenções urbanísticas nessas zonas pelo prazo de dois anos.

As iniciativas que se prevê concretizar de imediato abrangem territórios dos municípios de Almada, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Matosinhos, Porto, Sintra, Vila Nova de Gaia, Viseu e Viana do Castelo.



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O Governo vai intensificar as medidas de fiscalização rodoviária nas estradas do País no período da Páscoa, altura que arrancará uma «grande campanha» de sensibilização contra os malefícios da condução sob os efeitos do álcool.



O Ministério da Administração Interna (MAI) garantiu que, a par da campanha de informação, denominada «Na estrada, o álcool mata», os agentes da autoridade vão intensificar também, até meados do Verão e a nível nacional, a fiscalização e controlo da condução sob o efeito de bebidas alcoólicas.

Estas medidas foram anunciadas na passada sexta-feira, dia 14, pelo ministro adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, durante a cerimónia de inauguração do Parque de Manobras da Direcção-Geral de Viação (DGV) de Setúbal, localizado no Parque Industrial das Manteigadas.

Na cerimónia foram entregues à Brigada de Trânsito do GNR cinco novas viaturas descaracterizadas, recentemente adquiridas e equipadas com o sistema de controlo de velocidade «Provida 2000», que além de detectar a velocidade, permite gravar em vídeo as manobras perigosas efectuadas pelos condutores. O parque de manobras inaugurado por Fernando Gomes corresponde a um investimento de 160 mil contos e insere-se no processo de modernização do sistema de exames de condução, quer na parte teórica quer prática.

Durante a campanha de segurança rodoviária no período da Páscoa serão mantidos os itinerários em regime de «Segurança Máxima, Tolerância Zero», nos quais será intensificada a fiscalização, assim como nos principais percursos usados pelos portugueses durante a época da Páscoa.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O secretário de Estado da Administração Local, José Augusto Carvalho reconheceu, quinta-feira, dia 13, em Coimbra, que garantir uma maior participação das mulheres na política é um desafio que exige a reforma dos

sistemas eleitorais para o Parlamento e as autarquias.

O governante, que falava durante o seminário «Igualdade de Oportunidades e Políticas Autárquicas», realçou que estas reformas eleitorais «só serão possíveis se os deputados de um Parlamento historicamente e presentemente dominado por homens» o quiserem.



Considera o secretário de Estado que, a existir, este «querer parlamentar» permitiria realizar uma democracia participativa nas esferas nacional e local, «sem qualquer discriminação», uma ideia partilhada pela ministra da Igualdade, Maria de Belém, que também esteve presente no seminário, realizado no âmbito de um protocolo celebrado entre o Centro de Estudos e Formação Autárquica e a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

José Augusto Carvalho apresentou números que confirmam a sub-representação das mulheres em lugares de decisão política, apesar de constituírem cerca de 51 por cento da população portuguesa.

Afirmou que, nas últimas eleições locais (1997), dos 305 municípios, apenas 12 elegeram mulheres para a presidência. «Por outro lado, se taxa de feminização da Administração Pública Central é de aproximadamente 60 por cento, na Administração Pública Local não ultrapassa os 28 por cento», acrescentou.

COMÉRCIO

O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro, anunciou no dia 13, em Ponte da Barca, Viana do Castelo, que vai ser implantado um projecto de comércio rural, especialmente vocacionado para a modernização das pequenas vendas existentes nas aldeias do interior do País. «Numa primeira fase, será feita uma experiência-piloto junto de cem pequenas vendas, no máximo, e depois o projecto será alargado a todos os estabelecimentos do género que existem no País, seja no Gerês, no Alentejo, nos Açores ou na Madeira», referiu.

O governante acrescentou que este projecto se direcciona para o comércio

rural que começou por ser apenas de natureza alimentar e que depois acabou por se expandir para outras áreas.

«Estas vendas tiveram, no passado, um papel social muito importante, eram os sítios onde havia coisas para comprar, e hoje, apesar de estarem muito depauperadas, continuam a existir, pelo que nos cumpre dar-lhes incentivos para se modernizarem», frisou.



Osvaldo Castro lembrou ainda que a partir de 1 de Janeiro de 2002 estas lojas vão ter que começar a trabalhar em euros, «e temos que ser nós a ir ao encontro dos seus proprietários, quase todos já de idade avançada, sensibilizando-os e preparando-os para essa nova realidade».

DEFESA

O ministro da Defesa e as chefias das Forças Armadas apreciaram no dia 17, em Lisboa, os diplomas regulamentares da Lei do Serviço Militar (LSM) e dos incentivos ao voluntariado.

Criar uma norma que impeça a saída das fileiras ao fim de quatro meses (em que os voluntários cumprem antecipadamente as suas obrigações militares e fazem «implodir» o planeamento na obtenção de recursos humanos para as Forças Armadas) foi uma das medidas discutidas em Conselho Superior Militar.

Para além de definir os vencimentos a oferecer aos voluntários, o diploma regulamentar dos incentivos contempla facilidades no acesso à Função Pública, preferência na admissão às forças de segurança e incentivos à reinserção na vida civil.

Outra das áreas fundamentais do diploma diz respeito à formação e ensino dos voluntários, complementadas com uma experiência profissional exigente que pressupõe, contudo, o reconhecimento pelas instituições e empresas da sociedade civil dos diplomas obtidos durante a estada nas fileiras.

A Lei do Serviço Militar que profissionaliza a estada nas fileiras foi aprovada em 1999, estando em curso um período de transição com o Serviço Efectivo Normal (obrigatório, de quatro meses) até 2003.

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, exortou sexta-feira os professores a encararem a função da escola como «uma aventura para a democracia».



«É preciso garantir que a cidadania esteja sempre presente no acto de educar», sublinhou Oliveira Martins ao participar na Universidade de Coimbra na apresentação de uma «maleta pedagógica» para aprofundar nas escolas uma área de actividade destinada à divulgação e estudo do 25 de Abril.

Utilizando o título da maleta «25 de Abril - Uma Aventura Para a Democracia», constituída por diversos materiais para professores e alunos, o ministro sublinhou que este «continua a ser uma boa metáfora para a função da escola». Que a escola - acrescentou - considere o aluno «o centro da actividade, mas que se abra para a sociedade e passe ela a ser mesmo factor de liberdade e democracia».

«Hoje, a educação para a cidadania tem de ser isto. Fazer do dia-a-dia uma aventura para a democracia. O 25 de Abril não é uma data longínqua, é uma realidade viva, uma referência da democracia que se afirma hoje», acentuou.

Guilherme d'Oliveira Martins classificou a «maleta pedagógica» como um «instrumento fundamental para a vida das escolas, onde se faz um relato desse momento fundador da democracia», um acontecimento que se reporta à actualidade, à ideia de que a «democracia se constrói dia-a-dia e está sempre incompleta».

IGUALDADE E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade e a comissão europeia do Trabalho e Assuntos Sociais apresentaram, no dia 14, em Lisboa, o programa da iniciativa Equal para Portugal, dotada de um orçamento da ordem dos 30 milhões de contos.

O programa Equal é transnacional e tem como objectivos o combate à exclusão

PELO PAÍS

Governação Aberta

social e à discriminação e baseia-se em processos de formação e inserção profissional.

«Esta iniciativa será um instrumento relevante no âmbito do desenvolvimento dos recursos humanos em Portugal e, em particular, do apoio aos mais desfavorecidos no mercado de trabalho, através do apoio a projectos transnacionais, com um carácter experimental e inovador», afirmou Ferro Rodrigues.



A ministra da Igualdade, também presente na cerimónia, disse que esta iniciativa «cumprirá as indicações da Cimeira de Lisboa, incentivando a troca de boas práticas entre os países da União Europeia».

«O programa Equal vai permitir combater a discriminação do emprego nas suas diversas formas», acrescentou Maria de Belém.

O programa Equal resulta de uma iniciativa da Comissão Europeia, mas terá uma gestão nacional, feita por cada um dos Estados-membros da União Europeia, estando previsto o recurso a parcerias com organizações não governamentais.

JUVENTUDE

O Livro Branco da Comissão Europeia sobre Juventude, que estabelece as políticas comunitárias do sector, deverá estar concluído no primeiro semestre de 2001.

A informação foi avançada sábado, dia 15, pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, que participou, em Ponta Delgada, Açores, na reunião do Comité Executivo do Fórum Europeu de Juventude.

Segundo referiu, a presidência portuguesa da União Europeia (UE) iniciou o processo de constituição do documento, através de «de uma grelha de discussão e de metodologia» para a sua aplicação prática, a qual deverá ser elaborada com «um diálogo muito alargado com todos os actores», caso das associações juvenis.

Após o processo de consulta e definição de estratégias, cabe à presidência

francesa da UE, no último semestre deste ano, organizar um grande encontro com jovens dos Quinze para um parecer sobre o até lá definido.

«Isto para que, nos primeiros seis meses de 2001, já sobre a presidência sueca, possa estar concluída uma primeira versão do Livro Branco», disse Miguel Fontes.

Apesar de admitir estar-se perante «um calendário muito apertado», o governante realçou que todo o processo assenta num movimento de consulta e participação «muito forte» dos principais interessados, os jovens.



O secretário de Estado adiantou, ainda, que o documento integrará as políticas de juventude em termos europeus, caso dos instrumentos de mobilidade dos jovens no território comunitário em termos de educação e mercado de trabalho.

Além da questão da mobilidade, o Livro Branco «tem de ir mais longe», reflectindo sobre a questão da educação não formal, através da formação associativa de cada jovem, «promovendo sempre este espírito».

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, afirmou no dia 14, em Coimbra, que um país como Portugal, gerido por menos de metade da sua sociedade (os homens), é um «país coxo, com uma sub-estratégia» de desenvolvimento.

«Um país só gerido por homens é um pouco enviesado e com um sub-processo de desenvolvimento», considerou, questionando que razão leva o País a ser gerido pela «metade mais pequena» da sociedade.

Ao intervir no encerramento do seminário «Igualdade de Oportunidades e Políticas Autárquicas», Elisa Ferreira considerou que a «subcolocação das mulheres nos processos de decisão piora a qualidade do que é feito».

Para a ministra, as mulheres portuguesas «trabalham demais, fazem tudo (vida profissional e familiar) e estão muito cansadas».

Enquanto mulher num alto cargo de

chefia, a governante disse ter consciência do duplo esforço que lhe é exigido.

«Se fizermos mal nota-se que somos mulheres, se fizermos bem não se nota nada», sustentou, referindo-se ainda ao «excesso de esforço ligado ao modo como a "sociedade dos homens" funciona».



Elisa Ferreira disse estar cansada da «desorganização brutal que impera ao nível de dirigentes - quer sejam políticos ou não» - das «decisões em cima do jantar, dos almoços de negócios».

Se, a meio de uma reunião, uma mulher diz que tem de sair para ir com a filha às vacinas passa a ser vista como não tendo capacidades para o cargo, se um homem pretender o mesmo mas para ir jogar ténis já é valorizado, exemplificou.

PORTOS

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, Narciso Miranda, defendeu sexta-feira, na Figueira da Foz, a concessão dos terminais e actividades portuárias à iniciativa privada.



«Tudo o que puder ser concessionado será concessionado», sublinhou Narciso Miranda, na sessão de encerramento do seminário anual do Conselho Português

de Carregadores, subordinado ao tema «A movimentação de mercadorias por via marítima».

Com a concessão aos privados, que o governante definiu como «uma prioridade absoluta», pretende-se reduzir a factura das actividades portuárias.

Também a melhoria do desempenho dos portos, «reduzindo o tempo de estadia dos navios e o período de espera dos mesmos», foi outro dos objectivos anunciados.

Assim, os Institutos Portuários ficarão responsáveis pela fiscalização e planeamento, libertando para outras entidades tarefas «que estas últimas estão mais preparadas para efectuar», afirmou.

Outra medida anunciada pelo secretário de Estado, no âmbito da reforma do sector, diz respeito ao transporte costeiro de curta distância entre portos nacionais. Referindo estar já em funcionamento um grupo de trabalho, no intuito de serem avançadas soluções nessa área, Narciso Miranda desafiou os carregadores presentes no seminário a ele se associarem. «Assim as conclusões serão mais eficazes», disse.

TRABALHO

O ministro do Trabalho e Segurança Social, Ferro Rodrigues, fez, quinta-feira, uma «declaração de guerra» às reformas antecipadas por diminuírem a receita e aumentarem a despesa da segurança social.

Ferro Rodrigues, que falava em Aveiro, na abertura da conferência europeia sobre «A protecção social como factor produtivo», disse ser necessário inverter a prática de usar a reforma antecipada e outros regimes que fomentam a retirada precoce do mercado de trabalho.

«Além de servirem a redução da oferta de mão-de-obra, criam inúmeras dificuldades financeiras aos sistemas de segurança social, seja pela redução da receita seja pelo aumento da despesa que determinam», explicou.

«O que parece ser bom em termos microeconómicos não significa que o seu somatório dê bons resultados macroeconómicos», observou, referindo-se à prática das empresas em recorrerem à reforma antecipada em processos de reestruturação.

Ferro Rodrigues fez a apologia do modelo social europeu, lembrando que ainda hoje a protecção social na União Europeia faz sair da pobreza 20 por cento das famílias além de amortecer as crises económicas e ajudar a superá-las. «Deve assumir-se que a protecção social, enquanto factor produtivo, serve o progresso económico e, por essa via, o emprego, e que também o crescimento económico e o emprego favorecem e reforçam a protecção social e a respectiva sanidade financeira», disse o ministro, colocando o emprego como primeira prioridade na sustentabilidade dos sistemas.

ENSINO SUPERIOR EM ORDEM

O Conselho de Ministros aprovou quinta-feira, dia 13, em Lisboa, uma proposta de lei que aprova a Organização e Ordenamento do Ensino Superior.

Esta lei visa desempenhar um papel estruturante fundamental nesta fase de desenvolvimento do ensino superior, sendo de destacar como aspectos especialmente inovadores da proposta a adopção de uma filosofia de regulação comum a todo o sistema de ensino superior nos seus diversos subsistemas (universitário e politécnico, público e privado), superando a compartimentação e a ausência de princípios gerais até agora dominante; e a definição dos requisitos gerais para a criação e funcionamento de um estabelecimento de ensino superior – público ou privado.

Esta definição dos requisitos gerais pretende assegurar a existência de determinadas condições infra-estruturais como são: programa educativo sólido; corpo docente próprio e qualificado; gestão democrática; integração social dos estudantes; e sustentabilidade científica,



pedagógica e institucional.

A medida visa também viabilizar a criação pelo Estado de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino coerente, que cubra as necessidades de toda a população, formando um sistema racionalmente ordenado; a atribuição aos institutos politécnicos de uma dignidade institucional paralela à das universidades, constituindo-os como vértice de uma organização institucional activa, integrada e dinamizadora do conjunto constituído pelas escolas especializadas; a reafirmação da autonomia orgânica dos estabelecimentos particulares e cooperativos em relação às suas entidades instituidoras, as quais devem assumir especiais responsabilidades pela protecção das expectativas dos respectivos estudantes; e a criação de um organismo de regulação independente que visa garantir coerência na evolução do sistema de ensino superior e imparcialidade nos procedimentos de reconhecimento de interesse público de estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo.

GARANTIR MÁXIMA QUALIDADE E RAPIDEZ

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 13, em Lisboa, uma resolução que define as estruturas de gestão do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), anunciou o porta-voz do Conselho, Vitalino Canas. «O acelerado processo negocial e legislativo relativo ao III QCA exige que sejam desde já asseguradas as condições operacionais indispensáveis para que a implementação dos investimentos – cerca de dez mil milhões de contos - se faça com a garantia de máxima qualidade e máxima rapidez», explicou.

O diploma, aprovado na generalidade – e que será naturalmente aprovado na especialidade num dos próximos Conselhos de Ministros – visa identificar e nomear as equipas de gestão para o III QCA, refere um comunicado oficial.

Visa ainda identificar e nomear os dirigentes responsáveis dos Serviços dos Ministérios nas regiões, a quem cabem as funções de gestão dos fundos comunitários no âmbito do novo modelo de gestão e decisão do QCA.

Recorde-se que Portugal foi o primeiro país da União Europeia a iniciar as negociações para o III QCA e também o primeiro a concluí-las, tendo a aprovação definitiva do novo Quadro Comunitário de Apoio sido assinada pela Comissão Europeia em 31 de Março último.



O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades;
- Uma resolução que aprova a estrutura orgânica do Programa Polis;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a criar o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis;
- Um decreto-lei que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar a execução das intervenções previstas no Programa Polis;
- Uma proposta de lei que aprova a Organização e Ordenamento do Ensino Superior;
- Um decreto-lei que estabelece normas de execução do Orçamento do Estado para 2000;
- Uma resolução que define as estruturas de gestão do QCA III;
- Uma resolução que autoriza a constituição de uma cooperativa de interesse público tendo como objectivo principal o aproveitamento dos recursos da Mata Nacional do Buçaco e o desenvolvimento das suas potencialidades;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção n.º 182, relativa à interdição das piores formas de trabalho das crianças e à acção imediata com vista à sua eliminação, adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional de Trabalho, em 17 de Junho de 1999;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo adicional ao acordo entre a República Portuguesa, a Comunidade Europeia da Energia Atómica e a Agência Internacional da Energia Atómica em aplicação do Artigo 111, n.ºs 1 e 4, do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares;
- Uma proposta de resolução que aprova, para adesão, a emenda à convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, aberta para adesão a 1 de Março de 1993;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção internacional para a repressão do terrorismo à bomba, aberta para assinatura em Nova Iorque em 12 de Janeiro de 1998;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção, estabelecida com base no artigo K3 do Tratado da União Europeia, relativa à protecção dos interesses financeiros das comunidades europeias;
- Um decreto-lei que altera o regulamento para a notificação de substâncias químicas e para a classificação, embalagem e rotulagem de substâncias perigosas;
- Um decreto-lei que altera o prazo de validade dos cartões de beneficiários de porte pago.

DEPUTADO BARBOSA DE OLIVEIRA Trabalho

É PELO EMPREGO DE QUALIDADE QUE AS PESSOAS ADQUIREM AUTONOMIA



«É pelo emprego de qualidade que as pessoas podem adquirir a autonomia, o sustento, a qualidade de vida e garantir, de facto, os seus direitos de cidadania», afirmou no dia 12, no Parlamento, o deputado socialista Barbosa de Oliveira.

É um desafio que, sublinhou, «a todos se nos coloca». Para o ganharmos, acrescentou, são necessárias propostas «inovadoras e eficazes» que «acaualem o equilíbrio entre os desafios da competitividade das empresas e a estabilidade dos vínculos laborais».

Numa intervenção centrada nas questões que se colocam à defesa da qualidade do emprego, num contexto marcado por um

processo de grandes mutações no trabalho e no emprego, numa economia globalizada, Barbosa de Oliveira sublinhou que é à luz desta nova realidade que «devemos questionar e equacionar o sistema de relações laborais e, sobretudo, as questões da segurança e da qualidade do emprego». Depois de lembrar que a União Europeia se debate com uma grave problema de desemprego dos seus cidadãos, o que «tem gerado uma tendência de acréscimo das assimetrias e um claro enfraquecimento da coesão social», Barbosa de Oliveira salientou que graças à uma política de emprego «coerente e cuidada, materializada num vasto conjunto de medidas» implementada pelo Governo do PS, Portugal regista nesta área «uma evolução verdadeiramente satisfatória», com a criação, entre 19997 e 1999, de 300

mil novos postos de trabalho e consequente diminuição do desemprego. No entanto, ressaltou, «não obstante o comportamento positivo do mercado, o sistema de emprego português apresenta problemas estruturais e características próprias que não escamoteamos e que apenas poderão ser ultrapassados através de uma política coordenada para o emprego, de médio e longo prazo, em articulação com um crescimento significativo da economia».

A insustentável precariedade laboral

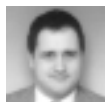
Segundo frisou, «a precariedade e a insegurança do emprego e mesmo o trabalho ilegal não são, infelizmente, realidades novas». São, adiantou, «realidades de há muito e que resultam em particular de um atraso estrutural do desenvolvimento do

nosso país e de comportamentos condenáveis de alguns empresários que apenas subsistem violando os mais elementares direitos sociais dos trabalhadores e as regras de uma concorrência que se quer leal e sã e para os quais não pode haver lugar no mercado». Na sua intervenção, o deputado PS referiu vasto conjunto de medidas implementadas pelo Governo socialista ao longo da legislatura anterior, que tiveram como objectivo central a melhoria do mercado de trabalho e do próprio sistema de emprego. «O PS e o seu Governo continuarão de modo empenhado a bater-se por uma sociedade mais justa, na qual a precariedade do emprego, o trabalho ilegal, as desigualdades e a exclusão dos trabalhadores não tenham lugar», garantiu.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO PAULO PISCO Voto dos emigrantes

O VIRAR DA PÁGINA...



O deputado socialista Paulo Pisco garantiu, no dia 13, na Assembleia da República, que o GP/PS rejeita a instrumentalização política das expectativas dos emigrantes por parte da oposição.

«Eles têm direito a votar nas eleições presidenciais e foi por isso que se chegou a um acordo de revisão constitucional em 1997», reiterou.

Paulo Pisco intervinha durante a sessão plenária em que se analisou a proposta de lei governamental e os projectos de lei do PSD e CDS/PP relativos ao voto dos emigrantes. O parlamentar do PS assegurou que não será por culpa da bancada socialista que os portugueses residentes no estrangeiro, inscritos nos cadernos eleitorais até 31 de Dezembro de 1996, deixarão de votar.

«Ao longo do processo que decorreu entre a primeira apresentação do diploma do Governo e a sua discussão agora na Assembleia da República já foi percorrido um caminho onde ficou claro que a nossa posição não é de fachada», disse Paulo Pisco, ressaltando que o voto dos emigrantes nas eleições presidenciais é um assunto caracterizado por uma grande complexidade

e divergências de perspectivas.

«Não podemos, por isso, entrar numa lógica do tudo ou nada, porque a intransigência não beneficia nem a democracia nem os nossos compatriotas», afirmou.

Defendendo «acima de tudo» a consagração do voto presencial que, na opinião do deputado, «é o único que cumpre realmente os princípios constitucionais de sigilo, pessoalidade, rigor e transparência», Paulo Pisco recordou os incómodos burocráticos do sistema de voto pelo correio, sobretudo pela inevitabilidade de algumas demoras e extravios.

Neste sentido, o parlamentar do PS frisou não compreender «que responsáveis do PSD afirmem que o voto por correspondência é a causa da participação cada vez mais reduzida nos actos eleitorais, ao ponto de o considerarem degradante, e depois aceitem que ele seja válido para uma franja indeterminada de eleitores».

Segundo Paulo Pisco, «o PS e o Governo já demonstraram abertura para que os nossos compatriotas possam votar nas próximas eleições presidenciais», pelo que «cabe agora ao PSD e aos outros partidos demonstrar que têm também a abertura suficiente para virar uma página no sistema constitucional português».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ARTUR PENEDOS Jornadas Parlamentares

DESEMPREGO CONTINUA A SER A PRINCIPAL CAUSA DE EXCLUSÃO SOCIAL



«O desemprego continua a ser a principal causa de exclusão social, sobretudo o desemprego de longa duração aliado aos baixos níveis de qualificação e empregabilidade dos trabalhadores», afirmou Artur Penedos, deputado do PS.

Artur Penedos falava nas Jornadas Parlamentares do PS realizadas nos Açores, nos dias 9 e 10 de Abril, subordinadas ao tema «A luta contra a pobreza e a exclusão social», uma problemática que ganha particular acuidade num mundo marcado cada vez mais pelo fenómeno da globalização e por um capitalismo hiper-agressivo onde a capitalização bolsista, a especulação financeira desenfreada, as privatizações, fusões, concentrações e o lucro fácil a qualquer preço atiram para a miséria multidões de cidadãos, numa lógica do «winner takes all».

É a teologia do mercado no seu esplendor, no âmbito do chamado pensamento único, com os sectores empresariais a reclamarem a flexibilidade nas leis laborais e precariedade no emprego.

Segundo sublinhou Artur Penedos, «a exclusão social e a pobreza constituem hoje um fenómeno de dimensão mundial». Com efeito, adiantou, «não obstante o progresso económico e o aumento da riqueza mundial registados nas últimas décadas, a verdade é que a exclusão social e a pobreza não param igualmente de crescer».

Ao nível da União Europeia, frisou, «a situação é idêntica e igualmente paradoxal: temos hoje uma Europa rica constituída em grande medida por cidadãos pobres».

65 milhões de pobres na Europa

Citando dados da Eurostat (gabinete de estatística da UE), referiu que «cerca de 18 por cento da população europeia, ou seja, mais de 65 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar de pobreza».

Portugal, sublinhou, não foge à regra, «sobretudo devido aos défices de modernização e desenvolvimento acumulados ao longo de muitas décadas». Apesar de tudo, disse, «há que reconhecer que a situação portuguesa tem vindo progressivamente a melhorar», o que, conforme salientou, se deve, em grande medida, «à intervenção cuidada e eficaz do Governo do PS, materializada na adopção de um vasto conjunto de medidas no domínio do emprego e do sistema de protecção social».

Depois de passar em revista o vasto leque de medidas que foram assumidas nos últimos quatro anos pelo Governo do PS e que «conduziram à inserção e à integração socioprofissional de cidadãos excluídos e marginalizados», Artur Penedos salientou que «o PS e o seu Governo continuarão a lutar por uma sociedade mais justa, na qual a discriminação, a desigualdade e a exclusão não tenham lugar».

J. C. CASTELO BRANCO

AGENDA PARLAMENTAR

Terça-feira, dia 25

A sessão solene comemorativa do 26º aniversário da Revolução dos Cravos decorre, na Assembleia da República, a partir das 10 horas.

Quarta-feira, dia 26

O Parlamento reúne, a partir das 15 horas, para um agendamento potestativo requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD.

MAIOR FLEXIBILIDADE NAS DECISÕES DA UE

O eurodeputado socialista António José Seguro considerou no dia 12, em Estrasburgo, que «o fundamento do projecto europeu na dupla legitimidade entre uma união de povos e uma união de Estados não é reflectido no resultado final das propostas deste relatório».

Seguro referia-se ao relatório sobre a CIG de Dimitriakopoulos e Jo Leinen, que esteve em discussão na sessão plenária do Parlamento Europeu (PE).

Dirigindo-se ao presidente do Conselho, comissário Barnier, disse ter sido com «perplexidade» que ouviu o ministro Jaime Gama, na sua intervenção inicial, referir qual é o estado, neste momento, do trabalho da CIG.

«Sabemos da determinação da presidência portuguesa e gostaria, nesta parte final da minha intervenção, de encorajar a presidência portuguesa a continuar, a arranjar mecanismos, de forma a que os Estados-membros compreendam quão fundamental é que haja mais questões a



ser decididas por maioria qualificada e que haja maior flexibilidade nas decisões da União Europeia», disse.

António José Seguro defendeu ainda que

os pontos da agenda CIG possam ser alargados a questões que considerou «fundamentais», como a Carta dos Direitos Fundamentais.

Entretanto, António José Seguro, presidente da delegação dos deputados socialistas portugueses no PE, esteve presente no dia 14, no Cine-Teatro de Ourem, numa conferência organizada pelas estruturas locais do PS, subordinada ao tema «O futuro da União Europeia e a presidência portuguesa».

Declaração de voto dos eurodeputados socialistas

Os eurodeputados socialistas portugueses no PE votaram contra o relatório sobre a CIG e apresentaram uma declaração de voto, na qual consideraram, entre outros aspectos, que «as implicações institucionais do alargamento da União Europeia não podem lesar o equilíbrio fundamental – que os Tratados exprimem

com sucesso – entre a dupla legitimidade de união dos povos e de união dos Estados que está subjacente ao projecto europeu e que contribui decisivamente para moldar as suas instituições».

Na declaração de voto, os eurodeputados socialistas portugueses sublinham que se viram forçados a votar contra o relatório Dimitriakopoulos/Leinen, porque este «tenta responder aos desafios do alargamento através de soluções que preconizam um desequilíbrio significativo entre a dupla legitimidade de união de povos e de unidade de Estados».

No entanto, ressaltam, na declaração de voto, que não confundem o sentido do seu voto com o daqueles que «têm uma visão egoísta e limitada do interesse nacional».

Ao contrário de outros, salientam os eurodeputados socialistas portugueses, «nós queremos uma União Europeia politicamente forte, que seja capaz de partilhar soberanias e de contribuir cada vez mais para o progresso social e o bem-estar dos seus cidadãos».

J. C. CASTELO BRANCO

FIXADO LIMITE MÁXIMO DE 48 HORAS SEMANAIS NA UE

Os trabalhadores da União Europeia (UE) vão passar a ter um período máximo de laboração de 48 horas semanais, na sequência de um acordo conseguido entre o Conselho e o Parlamento Europeu (PE).

«Foi obtido um acordo político cuja importância radica no facto de esta ser a primeira directiva social a ser aprovada nos termos do novo processo de co-decisão entre o PE e o Conselho», destacou o secretário de Estado do Trabalho, Paulo Pedrosa, que presidiu à

reunião, em representação da presidência portuguesa da UE.

Em causa estava a extensão de uma directiva de 1993 às chamadas situações excluídas, como a dos trabalhadores móveis - os que laboram em barcos e aviões - e a dos jovens médicos em formação, um caso difícil com fortes divergências entre vários Estados membros e o PE, nomeadamente por parte do Reino Unido.

Nos termos do acordo obtido, a directiva de 1993 passa a ser aplicável a todos os sectores de actividade permitindo assim, conforme salientou o governante português, «a redução substancial dos horários máximos de trabalho».

No caso das situações que antes estavam excluídas do âmbito de aplicação da directiva sobre tempos de trabalho foram estabelecidas algumas derrogações para a sua aplicação, nomeadamente nos casos dos pescadores e dos jovens médicos em formação.

Assim, e após a transposição desta directiva para as legislações nacionais - que terá ainda de ser formalmente aprovada pelo Conselho de Ministros da UE -, no caso dos pescadores está prevista uma derrogação de entre seis meses a um ano.

Neste caso, os limites previstos pela nova directiva - que será implementada num período de três anos - poderão ser alterados em função da lei ou da contratação colectiva vigentes nos Estados-membros, e após consultas com os parceiros sociais do sector a nível nacional.

Quanto aos jovens médicos em formação, um dos casos mais difíceis em discussão neste comité de conciliação, a derrogação prevista é de nove anos - que resulta do período de quatro anos previsto para a implementação destas regras mais cinco anos de derrogação - que, em casos muito excepcionais, poderá ainda ser estendida até um máximo de doze anos.

Neste ponto, as posições iniciais das duas instituições comunitárias eram muito divergentes, com o Conselho a defender uma derrogação de 13 anos, a que o Parlamento Europeu contrapunha um período de três anos.

Ficou assim encerrado um processo que se iniciou a 25 de Fevereiro, com o ministro Ferro Rodrigues a liderar em representação da presidência portuguesa, numa altura em que se antevia difícil o acordo, dadas as divergências face a 10 emendas que estavam então em discussão.

Reuniões de âmbito europeu organizadas ou patrocinadas pela presidência portuguesa

Conferência As bibliotecas públicas inventam o futuro

Data: 11-13 de Maio de 2000

Local: Lisboa (Centro Cultural de Belém)

Entidade organizadora: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

As bibliotecas públicas municipais/locais são hoje espaços privilegiados e vivos de educação, formação e cultura.

Este Colóquio abordará a relação das Bibliotecas Públicas com o desenvolvimento local, o seu papel na formação da cidadania e na redução das disparidades socioculturais, as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias da informação e acesso à sociedade da informação.

QUINZE LANÇARAM AS BASES DA «E-EUROPA»

A Europa aposta na Sociedade da Informação e do Conhecimento, que deve ser acessível a todos, e não cavar ainda mais o fosso entre as classes sociais, contribuindo para o agravamento das desigualdades. A presidência portuguesa da União Europeia, ao realizar a Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento, deu um forte impulso aos Quinze na caminhada com destino ao futuro, que se quer mais solidário e fraterno, e onde as ferramentas do conhecimento estejam ao alcance de todos, numa perspectiva de reforço do modelo social europeu, que, nunca é de mais lembrar, continua a ser alvo dos ataques de uma certa direita neoliberal que elege o mercado como religião, fervorosa adepta da «mão invisível» e muito pós-moderna.

Os Quinze lançaram em Lisboa as bases da «Europa Digital» («e-Europa»), a ferramenta que elegeram para a criação de mais e melhor emprego no espaço comunitário.

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, destacou a importância das conclusões da Conferência realizada em Lisboa para a construção do plano de acção «e-Europa» a apresentar ao Conselho Europeu de Junho.

Mariano Gago falava no encerramento da Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento, que reuniu membros de governos, da Comissão Europeia, especialistas e representantes de empresas.

Para o ministro português, que presidiu aos



trabalhos, este plano de acção «deve representar a vontade de todos os países europeus», pelo que, até Junho, deverão ser auscultados os representantes de todos os estados membros.

Particularmente relevante, nomeadamente

pelos seus alertas, numa perspectiva de esquerda, que tem de estar sempre, mas sempre presente, quando se aborda a problemática da Sociedade da Informação, foi a intervenção do ministro francês para a Investigação.

Segundo este membro do gabinete de esquerda do socialista Lionel Jospin, a Sociedade da Informação tem de ser acessível a todos e solidária, combatendo o fosso entre os que dominam as novas tecnologias e os info-excluídos.

Sociedade da Informação tem de ser acessível a todos

Além dos imperativos de segurança e fiabilidade, prosseguiu, que vão facilitar as transacções económicas e a utilização das redes europeias, é necessária uma alfabetização tecnológica, que, friso, passa pela educação e formação dos cidadãos.

Segundo o ministro francês, o apoio à investigação, principal fonte de inovação, deverá ditar a capacidade concorrencial da Europa face ao avanço dos Estados Unidos nas novas tecnologias.

A ministra britânica que tutela o sector do comércio electrónico, Patricia Hewitt, lembrou que existem áreas onde a Europa lidera.

Apontou o desenvolvimento dos telemóveis de terceira geração e da televisão digital e referiu que o Velho Continente deve apostar nestes meios para liderar o acesso à Internet no futuro.

A Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento, presidida pelo ministro português da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, reuniu no Centro de Congressos (antiga FIL), membros de Governos, da Comissão Europeia, e diversos especialistas. **J. C. CASTELO BRANCO**

GUTERRES ENCERRA I CONGRESSO DAS EMPRESAS FAMILIARES

O primeiro-ministro, António Guterres, vai presidir à sessão de encerramento do I Congresso Europeu das Empresas Familiares, que se realiza em Paris, de 7 a 9 de Junho, e cuja reunião preparatória teve lugar em Lisboa.

Alexandra Gonçalves, da Associação Portuguesa das Empresas Familiares (APEF), disse que Portugal está a preparar a sua candidatura para a organização do Congresso de 2002.

O Congresso de Paris conta também com a presença do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, do presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi (na sessão de abertura), e da presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, para além de dois deputados europeus portugueses. A preparação do evento decorreu em Lisboa, onde se encontraram 15 membros

em representação das associações europeias (Alemanha, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Itália, Suécia e Portugal) que formam o GEEP (Grupo Europeu das Empresas Familiares).

Demonstrando o reconhecimento da importância do tema e das próprias empresas familiares no conjunto do tecido económico, o presidente da GEEP, o espanhol Mariano Puig, foi recebido pelo secretário de Estado da Indústria e Energia, Vítor Santos, em nome do ministro da Economia e Finanças, Pina Moura.

Empresas familiares representam 60 por cento do emprego

Embora em Portugal ainda não estejam disponíveis dados sobre o número de empresas familiares existentes, na Europa

elas atingem 80 por cento do total de unidades empresariais, a sua actividade contribui para 50 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e representam 60 por cento do emprego.

A empresa familiar caracteriza-se pelo controlo familiar da gestão e pela participação de alguns dos seus membros, por vezes através do trabalho. «São empresas com características particulares, onde a par da actividade empresarial se sobrepõe um conjunto de interesses da família que detém o capital», refere a APEF.

São assim empresas onde a liderança está relacionada com a detenção do capital pelos laços familiares, o que arrasta um problema específico: a continuidade pela via de sucessão do líder.

«Cerca de 70 por cento das empresas familiares morrem na primeira geração, ao

nível do fundador, e das que passam à segunda geração, só 15 por cento atinge a terceira geração».

Vasconcelos Sousa, da Vista Alegre, é um exemplo desta situação, pois representa a sétima geração de uma família à frente da empresa, sendo o caso mais antigo listado pela APEF.

Aquele empresário vai participar no I Congresso Europeu das Empresas Familiares juntamente com Vera Pires Coelho (Edifer) e José Manuel Góis Ferreira (Grupo IPG, Investimento, Participações e Gestão e também presidente da APEF), que estará acompanhado por Miguel Varão, o seu jovem sucessor.

A APEF existe oficialmente há dois anos e tem 400 associados de vários sectores, destacando-se a construção e obras públicas e o comércio.

O RACISMO É PRIMEIRO QUE TUDO UMA OFENSA AOS DIREITOS HUMANOS

«**N**ão podemos nunca esquecer que o racismo é primeiro que tudo uma ofensa aos direitos humanos», disse no dia 11 o camarada José Leitão, alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

José Leitão, que falava nas primeiras Mesas-Redondas de Consulta no Quadro do Observatório Europeu contra o Racismo e a Xenofobia realizadas em Portugal, salientou que esta iniciativa decorre num momento «particularmente importante de aperfeiçoamento da legislação portuguesa e europeia em matéria de discriminação racial».

No plano interno, frisou, com a aprovação recente pelo Conselho de Ministros da Lei nº 134/99 de 28 de Agosto, que «proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica», que se irá somar à legislação já existente, «foi dado um passo em frente no sentido de criar condições para punir e combater actos de discriminação racial e de racismo».

Por outro lado, referiu, «temos acompanhado também, de forma empenhada, o debate a nível europeu sobre as duas directivas que visam regulamentar o novo artigo 13º contra a discriminação, aditado ao Tratado que institui a Comunidade Europeia pelo Tratado de Amesterdão, e o plano de acção 2000-2006, que visa criar condições para que possam ser promovidas de forma activa».

Construção de uma sociedade mais inclusiva

Depois de referir a grande importância que os meios de Comunicação Social têm na forma como retratam os fenómenos racistas, bem como a importância dos meios jurídicos para combater o racismo e a discriminação racial, José Leitão reafirmou o seu empenhamento «na construção de uma sociedade mais inclusiva, que crie coesão através da cooperação e solidariedade de todos os cidadãos residentes, independentemente da cor da pele, da "raça", da origem étnica ou da nacionalidade».

Segundo sublinhou, «os imigrantes e as minorias étnicas pobres, que vivem em barracas, são as maiores vítimas simultaneamente da exclusão social e dos preconceitos raciais».

A acrescentou, a propósito, que «a condição de pobre tende a ser encarada com desconfiança, sobretudo, quando se trata não de uma pessoa isolada, mas de um conjunto de pessoas».

Para José Leitão, «a mera denúncia dos preconceitos raciais não será eficaz se não for acompanhada da erradicação rápida dos bairros de barracas, que ainda subsistem, ou de acções de combate à pobreza que incluam todos os excluídos



sem discriminações».

No entanto, ressaltou, é inquestionável que, nos últimos anos, se tem verificado um enorme esforço no sentido de promover a inclusão de todos os excluídos, abrangendo os imigrantes e as minorias étnicas».

O ACIME disse que «os milhares de cidadãos que tiveram acesso à habitação social, os que beneficiam do acesso ao rendimento mínimo garantido e aos programas de inserção, os que foram

abrangidos por programas de combate à pobreza, os que frequentaram escolas que promovem uma educação intercultural, sabem bem como mudou a sua qualidade de vida».

Ação educativa e cívica dos cidadãos

Sublinhou ainda que «os imigrantes que viram a sua situação regularizada, os que puderam participar pela primeira vez nas

eleições locais, os que beneficiaram de acções de formação profissional, os que foram apoiados na criação de microempresas são um exemplo do caminho que tem sido percorrido e que há que continuar a percorrer».

José Leitão realçou ainda «a importância da acção educativa e cívica dos cidadãos, desde a escola, para o respeito pelos direitos humanos e para a desmistificação dos preconceitos raciais».

J. C. CASTELO BRANCO

Competências do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)

Compete ao ACIME, designadamente:

Contribuir para a melhoria das condições de vida dos imigrantes em Portugal, de forma a proporcionar a sua integração na sociedade, no respeito pela sua identidade e cultura de origem;

Contribuir para que todos os cidadãos legalmente residentes em Portugal gozem de dignidade e oportunidades idênticas, de forma a eliminar as discriminações e a combater o racismo e a xenofobia;

Acompanhar a acção dos diversos serviços da Administração Pública competentes em matéria de entrada, saída e permanência de cidadãos estrangeiros em Portugal, com respeito pelas suas competências e pelas dos membros do Governo especificamente encarregados destas matérias;

Colabora na definição e assegurar o acompanhamento e dinamização de políticas activas de combate à exclusão;

Propor medidas, designadamente de índole normativa, de apoio aos imigrantes e às minorias étnicas.

REQUALIFICAR 11 CIDADES COM 160 MILHÕES DE CONTOS

Ao todo serão 11 as cidades que vão ser beneficiadas na primeira fase do Programa Polis, uma iniciativa que pretende requalificar espaços urbanos ou zonas industriais degradadas, à semelhança do que foi feito com a realização da Exposição Mundial de Lisboa.

Trata-se de um programa que envolve fundos da União Europeia do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, do Orçamento de Estado e das autarquias, no total de 160 milhões de contos, prevendo-se que esteja concluído em meados de 2003 - Coimbra, Leiria, Viseu, Vila do Conde, Viana do Castelo, Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Castelo Branco, Cacém e Almada são as primeiras 11 cidades abrangidas.

O ministro do ambiente, José Sócrates, apresentou oficialmente o programa sexta-feira, dia 14, na freguesia de Aigualva-Cacém, concelho de Sintra, numa cerimónia presidida pelo primeiro ministro, António Guterres.

Abrangendo numa primeira fase 11 cidades de norte a sul do País com problemas graves de degradação ambiental e urbanística, como é o caso do Cacém e da Costa de Caparica, em Lisboa, ou do Porto, Gaia e Matosinhos, o Polis poderá ainda alargar-se a outras sete cidades.

Em algumas zonas de intervenção será constituída uma empresa em que o Estado, representado pela Parque Expo, ou a Sociedade Porto 2001, garante 60 por cento do investimento e as autarquias 40 por cento.

Em estudo, com vista à integração numa segunda fase do Polis, estão projectos de Aveiro, Albufeira, Beja, Covilhã, Guarda, Vila Real e Bragança.

A aproximação do rio ou do mar às cidades é um dos pontos em que as autarquias contempladas na primeira fase mais apostam, como é o caso do Porto, com o prolongamento do Parque da Cidade até ao mar, de Gaia, com a recuperação da vila piscatória da Afurada, ou Costa da Caparica, com a requalificação ambiental das praias da Costa Atlântica.

A freguesia de Aigualva-Cacém, onde decorreu a apresentação oficial do programa, vai sofrer uma transformação radical com a demolição de grande número de edifícios nos 30 hectares da zona de intervenção, com objectivo de reordenar urbanisticamente a área.

Entretanto, outras autarquias da Área Metropolitana de Lisboa (Barreiro e Amadora) já manifestaram a intenção de apresentar candidaturas para beneficiarem de verbas do Programa Polis e concretizarem projectos de requalificação urbanística.



O primeiro-ministro apresentou o Programa Polis como um conjunto de «ideias simples», aproveitando a experiência de requalificação urbana da Expo-98 e estendendo-a a todo o País, dando qualidade de vida não só a «alguns privilegiados».

António Guterres falava na apresentação pública do programa, na Junta de Freguesia mais populosa de Portugal (Aigualva-Cacém), onde vai arrancar um dos 11 primeiros projectos de aplicação do programa.

Guterres destacou o projecto de requalificação da frente atlântica da Costa de Caparica, como «o mais emblemático», devido aos «gravíssimos problemas de ordenamento» da zona, procurada por toda a população da Área Metropolitana de Lisboa, que representa mais de um milhão de pessoas.

O chefe do Executivo socialista salientou que a recuperação na Costa de Caparica vai beneficiar não «uma elite privilegiada», mas trazer qualidade de vida a uma população que não tem acesso a outras

estâncias balneares.

«As cidades podem ser motores de desenvolvimento e garantia de direitos como a saúde e emprego, de novos direitos à identidade, memória, silêncio e um espaço próprio de afirmação, que são hoje garantia da qualidade de vida», disse António Guterres.

O Programa Polis não é apenas uma «distribuição de dinheiro. É apostar em realidades marcantes e transformações radicais», que consigam «mudar a vida das pessoas», acrescentou.

Para Guterres, estes objectivos só podem ser conseguidos com «ideias claras sobre uma boa política urbana», evitando seguir a lógica de «responder a todas as capelas», envolvendo-se numa «teia de interesses».

Lembrando a Expo-98 como «exemplo de um Portugal diferente e moderno», o primeiro-ministro disse ser necessário aproveitar os métodos ali empregues, devendo o País habituar-se a «conviver com os êxitos e não apagar os seus méritos». Combatendo a «inveja e mediocridade», o

Programa Polis quer aproveitar o que representou a Expo-98, aplicando-o de Norte a Sul.

«Um exemplo vale dez teorias», afirmou Guterres, garantindo que o Polis assenta em «realidades concretas» que tragam qualidade de vida a toda a população.

Corrigir erros

Nos discursos de apresentação do Polis, o ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, admitiu que é prioritário corrigir os «erros urbanísticos indiscutíveis» que se cometeram na última década e que geraram «problemas sociais e ambientais graves» de difícil solução.

«É preciso salvar as cidades», alertou Sócrates, admitindo que o Polis «não visa resolver todos os problemas», mas «apontar com clareza um caminho» que deve ser seguido por futuros governos.

Presente na cerimónia esteve também a edil sintrense Edite Estrela, para quem o Cacém «merece muito mais» que a Expo-98, devido ao número de habitantes, uma vez que é a freguesia mais populosa do País, com 90 mil pessoas.

Ao contrário da zona oriental de Lisboa, que estava abandonada e funcionava como «quintal das traseiras de uma cidade», no Cacém junta-se a vivência de uma aldeia, novos bairros e uma futura cidade, disse. A assistir à apresentação do Polis estiveram os autarcas das cidades abrangidas e membros da empresa Parque Expo, que representa o Governo na constituição das empresas públicas a constituir para a gestão de cada projecto.

O coordenador do grupo de trabalho do programa Polis, Nunes Correia, apontou quatro linhas essenciais de acção: a requalificação urbana e ambiental, a intervenção em áreas classificadas como património mundial, a valorização das áreas de realojamento e outras medidas complementares com utilização de novas tecnologias.

O programa prevê que as cidades abrangidas adotem quatro filosofias genéricas: Cidades Verdes, Cidades Digitais, Cidades do Conhecimento e do Entretenimento e Intergeracionais.

Na sua primeira fase, o Polis vai distribuir 160 milhões de contos (800 milhões de euros) em 15 intervenções que envolvem 18 centros urbanos.

As intervenções visam criar «novas polaridades em áreas metropolitanas», valorizar «frentes de mar e zonas ribeirinhas inseridas na malha urbana», reintegrar o património histórico e natural nas cidades e requalificar «zonas industriais abandonadas».

As cidades de média dimensão com «uma vida urbana de pouca qualidade» também deverão ser requalificadas, tal como as cidades de interior ou raianas que possam constituir pólos de desenvolvimento regional.

M.R.

HOSPITAIS DISPENSAM MEDICAMENTOS PARA 48 HORAS

A partir de Junho, alguns doentes portugueses vão poder adquirir na farmácia hospitalar os medicamentos necessários para dois dias de tratamento, cujo custo deverá corresponder ao que é praticado na farmácia privada.

Esta é uma medida com que o Ministério da Saúde planeia avançar no segundo semestre deste ano, embora ainda a título de experiência-piloto, e que se insere num conjunto de iniciativas em matéria de política do medicamento.

A dispensa de medicamentos nas urgências dos hospitais - que, segundo o Ministério, deverá começar por envolver uma instituição em cada uma das cinco administrações regionais de saúde -, vai estar ainda sujeita à condição de serem fornecidos fármacos que constem do Formulário Hospitalar, devendo a sua concretização obedecer a um plano plurianual.

Este processo será realizado em simultâneo com a reorganização das farmácias hospitalares que, em 1999, representaram 62,5 milhões de contos do orçamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), correspondendo a 13,5 por cento do mercado do medicamento.

Reconhecendo que o seu funcionamento decorre em condições ainda deficientes de estruturas, recursos e meios de gestão, a reorganização da farmácia hospitalar proposta pelo Ministério da Saúde passa



assim pela definição de áreas mínimas de trabalho, codificação e informatização de todo o processo de distribuição e a adaptação dos quadros dos serviços farmacêuticos às actividades desenvolvidas. Igualmente previstos estão a adopção de procedimentos de licenciamento e inspecção, por parte do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (Infarmed), que terá também responsabilidades na creditação e certificação dos serviços farmacêuticos hospitalares. No conjunto de medidas divulgadas sexta-feira, dia 14, destacam-se também o apoio

à prescrição e uso dos medicamentos genéricos - cuja quota de mercado é, em Portugal, de apenas 0,04 por cento, enquanto em outros países europeus representam 15 por cento do mercado farmacêutico -, que o Ministério acredita poderem contribuir, a médio prazo, para a contenção da despesa de medicamentos do SNS.

Em relação a estes medicamentos, que possuem normalmente um preço 20 por cento inferior ao do medicamento similar de marca, o Ministério da Saúde propõe uma discriminação positiva, através do

aumento da comparticipação nos escalões inferiores a 100 por cento, a informação aos médicos sobre estes fármacos - nomeadamente através da sua inclusão na segunda edição do Prontuário Terapêutico -, e a revisão da legislação em vigor, considerada ambígua.

A concretização destas medidas é igualmente apontada para o segundo semestre deste ano uma vez que a definição do aumento na comparticipação dos genéricos, que poderá ser de 15 por cento, e o estabelecer dos critérios que irão levar à alteração da legislação estão ainda a decorrer no Infarmed.

Nesta instituição estão também a ser revistos os sistemas e regimes de comparticipação - as únicas deste conjunto de medidas que entrarão em vigor até ao final deste ano -, e o redimensionamento das embalagens de medicamentos, que se pretendem mais adequadas à posologia e tempo de tratamentos recomendados.

O aumento da fiscalização e controlo sobre o sector é também uma medida apontada como relevante pelo Ministério da Saúde, que será conseguida através da criação do Observatório do Medicamento, ampliação da estrutura nacional de fármaco-vigilância e aumento da capacidade laboratorial, com a entrada em funcionamento, dentro de meses, do Laboratório de Controlo de Qualidade do Infarmed.

ECONOMIA

Rendimento nacional

SALÁRIOS GANHARAM POUCO TERRENO AOS LUCROS NA DÉCADA DE 90

Na repartição do rendimento nacional, as remunerações dos trabalhadores subiram muito ligeiramente ao longo da década, ganhando terreno aos lucros das empresas, revelam os «Indicadores Económicos e Sociais» do Ministério do Planeamento.

Em 1990, segundo dados revelados pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) do ministério de Elisa Ferreira, as remunerações - que englobam salários e ordenados do sector privado, vencimentos da função pública e contribuições sociais patronais - representavam 50,6 por cento do rendimento nacional bruto.

Oito anos depois, e segundo estimativas do DPP, uma vez que as contas nacionais a seguir a 1995 continuam por fazer no Instituto Nacional de Estatística, as remunerações tinham subido duas casas decimais, para 50,8 por cento.

Em contrapartida, o excedente bruto de exploração das empresas caiu de 50,6 por cento, exactamente o mesmo valor das remunerações em 1990, para 49,8 por cento. Em 1998, havia um ponto percentual a favor do trabalho e em desfavor do capital, na distribuição anual da riqueza gerada no país.

A ligeira diferença da soma dos lucros e remunerações para 100 é igual aos «rendimentos do resto do mundo».

Mas, se no geral os rendimentos do trabalho levaram a melhor entre 1990 e 1998, os ganhos não foram iguais para todos.

Enquanto os vencimentos da função pública passaram a dispor de 13,4 por cento do rendimento nacional (12,3 por cento em 1990), já os salários e ordenados do sector privado tiveram uma evolução inversa, passando de 28,6 para 26,2 por cento do rendimento nacional.

AUTARQUIAS

Fernando Gomes anuncia

GOVERNO VAI AVANÇAR COM A REVISÃO DA LEI ELEITORAL

O Governo vai avançar com a revisão da lei eleitoral autárquica, anunciou o ministro Adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, em Santo Tirso.

Fernando Gomes referiu que a proposta de lei que o Governo vai apresentar visa dar «maior estabilidade» ao poder autárquico, garantindo que não haverá rupturas no poder municipal, uma vez que serão eleitos executivos camarários monocolors.

«Ou seja, o partido que ganhar as eleições ficará automaticamente com todos os lugares da vereação, acabando com a actual situação em que existem no interior do Executivo autárquico membros da oposição», disse Fernando Gomes.

O governante falava durante uma visita a Santo Tirso durante a qual procedeu à entrega de uma auto-escada para combater a incêndios aos bombeiros locais e assinou dois contratos-programa relativos à construção do novo quartel local da PSP e à conclusão das obras do Centro Cultural de Vila das Aves.

«Quem ganhar as eleições deve governar», sustentou Fernando Gomes.

O titular da pasta da Administração Interna referiu que a proposta prevê que nas eleições autárquicas sejam apresentados aos eleitores apenas duas listas (Assembleia Municipal e Junta de Freguesia) em lugar das actuais três listas, para a Câmara, Assembleia Municipal e Junta.

Os vereadores sairiam dos primeiros lugares da lista para a Assembleia Municipal, sendo atribuídos legais seriam reforçados no sentido de conferir a este órgão maiores poderes de fiscalização do executivo autárquico.

Estabilidade e coerência

«Este sistema permitirá dar maior estabilidade às câmaras, dando ao poder municipal no plano institucional, a coerência que já foi conseguida no plano dos meios financeiros, desde a aprovação do quadro financeiro das autarquias», defendeu o ministro.



Faro

Câmara cuida de espaços verdes

Apostada numa política de melhoria da qualidade de vida, a Câmara Municipal de Faro abriu um concurso público internacional, no valor global de 46 mil contos, destinado a assegurar a manutenção de espaços verdes na cidade.



Entretanto, noutro âmbito, a autarquia aprovou a celebração de um protocolo com a Associação ART com vista à subvenção de 20 por cento de custo do tratamento de dez jovens toxicodependentes do concelho de Faro nas comunidades terapêuticas desta associação.

Felgueiras

Milhares de livros distribuídos aos alunos do 1º ciclo

A Biblioteca Municipal de Felgueiras aderiu às comemorações do Ano Nacional do Livro e da Leitura, promovendo no passado dia 10, em colaboração com a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), a oferta de 4200 exemplares do livro «Ler, ouvir e contar», de António Torrado, aos alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho.



Segundo uma nota da Biblioteca Municipal de Felgueiras, «apesar de diariamente promovermos o livro e a leitura, pretendemos participar em todas as iniciativas de âmbito nacional e local que dignifiquem o livro e projectem o seu incomensurável valor».

Ferreira do Alentejo

Obras de modernização do Centro Cultural Manuel da Fonseca

O trabalho notável, a todos os níveis, nomeadamente na área cultural, continua a marcar a gestão socialista do município de Ferreira do Alentejo, presidido por Luis Ameixa.



Assim, no passado dia 12 o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, esteve na Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo onde foram assinados dois protocolos entre a autarquia e o ministério.

Um dos protocolos visa a realização de um estudo sobre as artes tradicionais, enquanto o outro estabelece as bases para o financiamento das obras de modernização do Centro Cultural Manuel da Fonseca.

Lisboa

Câmara ajuda associação que acolhe bebés

Uma associação que acolhe bebés vai receber 2800 contos para dar cursos de formação a famílias de acolhimento, nos termos de uma proposta apresentada pela vereadora Maria Calado, da Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa.

A proposta da vereadora da Acção Social, Maria Calado, visa apoiar um curso de formação para famílias de acolhimento a ser promovido pela Associação Ajuda de Berço, instituição que acolhe bebés até aos três anos em situação de abandono.

Sandra Anastácio, dirigente da Associação Ajuda de Berço, explicou que algumas crianças estão acolhidas temporariamente, pelo que não podem ser adoptadas.

É o caso de filhos de toxicodependentes presos, ou de pais desempregados e sem dinheiro.

As que se encontram nessa condição passam algum tempo com famílias que as acolhem durante alguns dias, por exemplo fins-de-semana ou períodos de férias.

A essas famílias, denominadas famílias de acolhimento, Sandra Anastácio entende que deveria ser ministrado um curso de formação específica para que saibam lidar mais facilmente com situações por vezes problemáticas.

«Há crianças com problemas de saúde, crianças mal tratadas, já para não falar do problema que representa por si só o abandono», referiu Sandra Anastácio. Por isso mesmo a formação vai ser dada por psicólogos, assistentes sociais, uma socióloga e, sempre que necessário, por médicos e enfermeiros.

Trata-se no entanto de um curso de formação básica e não de um curso intensivo, esclareceu.

A Associação Ajuda de Berço surgiu há cerca de um ano num espaço cedido pela Câmara Municipal de Lisboa na Quinta do Cabrinha e é a única que na capital recolhe bebés desde o nascimento.

O balanço que Sandra Anastácio faz do tempo de funcionamento é positivo, sendo que houve já alguns casos bem sucedidos, em que as crianças foram encaminhadas para as suas famílias.

O espaço é pequeno e neste momento está superlotado com um total de 19 crianças, das quais só uma é para adopção.

A procura é tão grande que Sandra Anastácio pensa já em abrir outra Ajuda de Berço, mas apesar de a Câmara Municipal de Lisboa já ter disponibilizado outro espaço para o efeito, falta o dinheiro.

Penha de França

Reviver o 25 de Abril na Cordoaria Nacional

A Junta de Freguesia, no âmbito das comemorações do 26º aniversário da Revolução dos Cravos, levou ontem, dia 19 de Abril, 50 idosos da Freguesia à exposição «Liberdade e Cidadania», que se encontra patente na Cordoaria Nacional.

Trata-se de uma mostra notável sobre numerosos aspectos do 25 de Abril e dos movimentos e lutas de diversas gerações de democratas que contribuíram com a sua luta sem tréguas contra o fascismo para o despertar das consciências e consequentemente criaram as condições para que o movimento dos capitães nesse «dia inicial, inteiro e limpo», como lhe chamou Sophia de Melo Breyner, pusesse fim à mais longa ditadura na Europa.

Levar um grupo de idosos a reviver, numa exposição, momentos marcantes da nossa história contemporânea, foi a melhor forma de comemorar mais um aniversário do Dia da Libertação.

Portimão

Passeios para peões na Praia da Rocha

Encontra-se actualmente em execução acelerada o arranjo urbanístico do novo troço compreendido entre o miradouro dos Três castelos e a Praia do Vau.

Os trabalhos, da responsabilidade da Câmara Municipal de Portimão, vão permitir mais espaços para peões na Praia da Rocha e estão orçados em 40 mil contos. Estas obras contemplam a criação de um passeio para peões, a colocação de nova

iluminação pública, bem como de bancos de jardim.



Vila Franca de Xira

Acessos à A-1 são prioridade

A presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, garantiu que a construção dos nós de acesso à auto-estrada A-1, nos caniços e Sobralinho, «é uma prioridade» para a autarquia.

Reagindo a um buzinaço promovido pela CDU, a presidente do município sublinhou que as acessibilidades do concelho são um assunto «em permanente discussão com o Governo».



Entretanto, nas mais diversas áreas, Maria da Luz Rosinha continua o seu trabalho notável para arrancar o concelho da estagnação em que a CDU o tinha mergulhado após largos anos de uma gestão imobilista.

Vila Real de S. António

Teatro a favor de Moçambique

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António destinou a totalidade da receita da apresentação da comédia «Vamos Contar Mentiras» a favor das vítimas dos temporais registados em Moçambique.

A hilariante peça, da autoria de Alfonso Paso, estreou-se no passado dia 15, no Centro Cultural António Aleixo.

Camilo de Oliveira, Florbela Queiroz, Nuno Miguel Henriques, Paula Marcelo e Joaquim Guerreiro são alguns dos nomes mais sonantes num espectáculo montado sobre um cenário inovador e com um texto hilariante do princípio ao fim.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

Socialistas apoiam Governo

O Secretariado Regional do PS manifestou o seu apoio à posição assumida pelo Executivo açoriano nas negociações com a administração da SATA e os pilotos da transportadora, durante a greve ocorrida recentemente no arquipélago.

De acordo com o porta-voz dos socialistas açorianos, Vasco Cordeiro, que falava no final da reunião do Secretariado realizada na vila da Madalena do Pico, o Governo socialista comandou bem as negociações, apesar de as ter assumido «sozinho», uma vez que os partidos da oposição manifestaram «ferozes críticas» à sua actuação nesta matéria.

Para Vasco Cordeiro, as declarações dos dirigentes do PSD, do PP e do PCP relativamente a este assunto, demonstraram uma «falta de vontade política na definição de uma posição clara sobre esta questão».

O órgão socialista, que reuniu pela primeira vez desde o X Congresso Regional do partido, que decorreu em Ponta Delgada, manifestou ainda o seu apoio ao Governo regional pela decisão de atribuir um milhão de contos à empresa de conservas Cofaco, para a sua reestruturação financeira.

Relativamente à preparação das eleições legislativas regionais de Outubro próximo, o Secretariado Regional debruçou-se sobre as possíveis metodologias de elaboração do programa do Governo, nomeadamente a recolha de elementos que permitam, por um lado, o aproveitamento do que tem sido o trabalho desenvolvido no âmbito da Convenção da Nova Autonomia, e, por outro, a valorização da experiência governativa do PS.

LEIRIA

Federação na Internet

A Federação do PS/Leiria está na Internet. Assim, desde o passado dia 12 de Abril a Federação pode ser contactada através do seguinte endereço electrónico: fedpsleiria@hotmail.com

O PS/Leiria está assim mais próximo dos militantes e simpatizantes, bem como da população em geral.

MADEIRA

Mota Torres em Belém

O camarada Mota Torres esteve no passado dia 17, no Palácio de Belém, onde foi recebido em audiência pelo Presidente da República, no quadro de um processo de auscultação de diversas entidades por parte de Jorge Sampaio, a propósito da declaração de inconstitucionalidade dos círculos eleitorais de Porto Moniz e Porto Santo.

Recorde-se que foram os deputados à Assembleia da República, cujo primeiro subscritor foi o camarada Mota Torres, que solicitaram o pedido de verificação da constitucionalidade destes círculos eleitorais.

O acórdão foi favorável aos deputados e na sequência desta decisão deu entrada na AR um projecto de alteração à lei, que permitirá a correcção da inconstitucionalidade.

Jardim espuma de raiva

Entretanto, na Madeira, Alberto João Jardim, espuma de raiva contra esta decisão, criticando o Tribunal Constitucional, outros órgãos de soberania, a Constituição, as leis, as forças de bloqueio, em suma, as regras democráticas.

Enfim, um enorme défice democrático continua a marcar a actuação de Jardim e seus seguidores.

OURÉM

JS na Internet

O Secretariado Concelhial da JS/Ourem já tem uma página na Internet.

O endereço é o seguinte: www.JSOurem.Clix.PT.

Numa nota à Imprensa a JS/Ourem informa ainda que lançou o 1º boletim informativo da Concelhia de Ourem da JS e que terá periodicidade bimensal.

PENHA DE FRANÇA

Concelhia reúne com militantes

No âmbito de uma ronda de encontros que a Concelhia de Lisboa está a efectuar em diversas Secções do PS, realizou-se na passada sexta-feira, dia 14, uma sessão de esclarecimento para os militantes das Secções da Penha de França, São João e Beato. Miguel Coelho, que se encontrava acompanhado de outros dirigentes da Concelhia, debateu temas da actualidade político-partidária com os militantes destas estruturas.

Perante uma plateia constituída na sua esmagadora maioria por militantes da Penha de França, o aumento dos combustíveis, a alteração da lei eleitoral das autarquias, a aplicação do RMG, o projecto de lei da droga, foram alguns dos temas abordados, onde foram patentes algumas críticas «soft» à actuação do Governo por parte dos militantes presentes que reafirmaram, no entanto, o seu empenho nas batalhas eleitorais que se aviznam.

SETÚBAL

Coelho admite «erros»

O camarada Jorge Coelho admitiu na passada sexta-feira, dia 14, em Setúbal, que o Governo do PS «cometeu alguns erros» e que está a atravessar um período difícil devido ao aumento dos combustíveis.

O dirigente socialista, que participava num megajantar organizado pela Federação de Setúbal de homenagem a militantes com 25 anos de filiação, fez um discurso pautado por diversas críticas aos partidos da oposição e reafirmou algumas promessas feitas aos eleitores do distrito.

No megajantar realizado na «Tenda PS» montada no parque José Afonso, em Setúbal, participaram centenas de socialistas unidos em torno de um projecto de construção de uma sociedade solidária, onde seja feita a síntese entre mercado regulado e justiça social.

VILA NOVA DE GAIA

PS crítica Câmara

O PS/Vila Nova de Gaia manifestou «profundas preocupações» com o «brutal aumento» dos impostos municipais proposto pela Câmara Municipal, liderada pelo militante do PSD Luís Filipe Menezes, conhecido pela sua desconfiança em relação aos seus companheiros de partido «liberais, sulistas e elitistas».

Os socialistas referiram-se aos aumentos da contribuição autárquica, derrama, taxas municipais de serviços e à taxa de lixo.

Discriminação à Menezes

O PS de Gaia manifestou-se também preocupado com «o caos organizativo e político na área do urbanismo», salientando que «a principal promessa eleitoral da actual câmara, relativa à habitação social, se tem revelado um autêntico fracasso».

«Dos 3600 fogos prometidos estão protocolados até ao momento 2241 habitações, estando em fase de conclusão apenas 268 fogos e em andamento muito lento 452. As restantes 1521 casas ainda nem sequer viram arrancar os respectivos projectos», sublinhou o camarada Barbosa Ribeiro, presidente do PS/Gaia.

Os socialistas protestaram ainda contra «a descarada e inaceitável discriminação das juntas de freguesia em função da cor partidária».

Concelhia de Lisboa e FAUL promovem debates

Lei Eleitoral Autárquica

Dia 27 de Abril, 21 horas, Hotel Altis, Lisboa

Presença do camarada Alberto Martins, ministro da Reforma Administrativa

Nova proposta de Lei da Droga

Dia 4 de Maio, Hotel Zuriq, Lisboa

Presença do camarada Vitalino Canas, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Fundadores do PS solidários com Soares

Os membros fundadores do Partido Socialista, abaixo-assinados, rejeitam energicamente a infame calúnia lançada em Angola contra Mário Soares e João Soares e testemunham, desta forma, a sua inequívoca solidariedade para com os camaradas tão absurda e perfidamente vilipendiados.

Alfredo Barroso	Fernando Antunes Costa	Liberto Cruz
Alfredo Carvalho	Fernando Borges	Luís Garpar da Silva
António Campos	Fernando Loureiro	Luís Roseira
António Arnaut	Francisco Marcelo Curto	Manuel António Garcia
António Coimbra Martins	Francisco Seruca Salgado	Manuel Bello
António Neves Gonçalves	Francisco Tinoco de Faria	Manuel da Costa e Melo
António Reis	Gustavo Seromenho	Manuel Pedroso Marques
Artur Cunha Coelho	João Gomes	Maria Carolina Tito de Morais
Augusto Duarte Roseira	João Tito de Morais	Nuno Godinho de Matos
Beatriz Cal Brandão	Joaquim da Silveira	Olindo Figueiredo
Bernardino Gomes	Joaquim Rocha Silva	Paulo de Lemos
Carlos Candal	José Leitão	Pedro Coelho
Dieter Dellinger	José Neves	Rodolfo Crespo
		Roque Lino



ACESSO À ÁGUA, UM DIREITO HUMANO

Esteve reunido, de 17 a 22 de Março último, o II Fórum Mundial da Água, sendo que o primeiro se realizou em Marraquexe, no Reino de Marrocos, em 1997. O objectivo foi duplo: por um lado, chamar a atenção da opinião pública mundial para a escassez crescente de água potável que, segundo o parecer de todos os técnicos, tenderá a agravar-se, perigosamente, durante o século que se inicia; por outro, aprovar uma declaração ministerial que comprometa os Estados signatários no que se refere a uma nova estratégia global relativamente à água, assinada pelos cerca de cem ministros do Ambiente e dos Recursos Hídricos presentes.

Realmente, o mundo inteiro, com a instabilidade crescente do clima e as secas frequentes, começa a tomar consciência de que a água potável é um bem precioso e finito bastante mal distribuído, segundo as localizações geográficas dos respectivos países. É conhecido que os lençóis freáticos disponíveis no Planeta, responsáveis por 97 por cento da água potável, começam a estar demasiado explorados e a sua renovação é lenta. Mas, além da escassez, há outro enorme problema: a poluição. Calcula-se que metade da água dos rios e lagos europeus e norte-americanos está gravemente poluída. Nos países menos desenvolvidos, ao contrário do que se poderia esperar, a situação não é melhor. A capacidade das barragens diminuiu de 1 por cento ao ano, em função dos problemas causados pela sedimentação. 20 por cento das espécies aquáticas desapareceram no decurso dos últimos anos. O desperdício de água - especialmente a empregada na irrigação para a agricultura (que representa 70 por cento do consumo) - é, igualmente, preocupante.

Por outro lado, 1.400 milhões de seres humanos (mais ou menos um quarto da população mundial) não têm ainda acesso à água corrente potável, fonte insubstituível da vida, como o ar que se respira. O que representa uma situação intolerável, no século XXI, dados os recursos disponíveis da ciência e da tecnologia. Ora, as previsões que se fazem, em função de todos os dados existentes, indicam-nos que esta situação tende a agravar-se, sobretudo em relação aos grandes conjuntos urbanos: das 33 megacidades de mais de 8 milhões de habitantes que existirão no mundo em 2015, segundo a ONU, 27 estarão situadas em países subdesenvolvidos. Ora, é justamente aí que o abastecimento de água potável se está longe de estar assegurado, representando, para as cidades em causa, uma questão vital.

Temos, assim, que a água, que na nossa infância era uma fonte de inspiração, «pura e cristalina», eterna e invariável, se transformou num «bem» raro, outros preferem dizer numa «mercadoria», cara porque preciosa, sujeita às leis do



«mercado», como qualquer outro produto. Como, então, fixar-lhe o preço? Eis a questão, que nos coloca no centro de uma controvérsia à escala mundial. Visto que sendo a água uma necessidade vital da humanidade, não pode também deixar de ser considerada como um «bem comum» - um indeclinável direito humano e social - porque representa uma das formas do direito à vida, sem água não há vida, o mais precioso de todos os direitos humanos...

O II Fórum Mundial da Água foi organizado pelo Conselho Mundial da Água que elaborou um documento bastante fundamentado e interessante intitulado «World Water Vision», com o apoio do Banco Mundial. Porém, como os ensinamentos recentes extraídos das contestações havidas na última reunião da Organização Mundial de Comércio, que teve lugar em Seattle, foram interiorizados e debatidos, em todas as suas consequências, desta vez foi o próprio Conselho Mundial da Água que procurou organizar a contestação, convidando para o Fórum de Haia variadíssimas ONG (Organizações Não-Governamentais), ambientalistas, de direitos humanos, de juventude, etc. Assim, antes da chegada dos ministros dos países representados, onde as questões dos interesses económicos das grandes companhias transnacionais da água foram seguramente apreciadas com a prudência devida, o Fórum de Haia transformou-se num curiosíssimo «happening», fecundo de ideias, colorido e entusiasta. Os jovens do mundo inteiro continuam a adorar as boas causas e a bater-se por elas desinteressadamente. Não faltaram ao encontro...

Foi nessa primeira parte do Fórum que participei - entre interessado, curioso e divertido como deputado do Parlamento Europeu mas também como presidente do Contrato Mundial da Água e da Casa do Cidadão e da Água. Explico-me. O contrato

Mundial da Água foi uma iniciativa que nasceu do chamado «Grupo de Lisboa», animado pelo prof. João Caraça e pela Fundação Gulbenkian e tem hoje como principais responsáveis personalidades como o prof. Ricardo Petrella (Itália), Danielle Mitterrand (França), o príncipe Laurent (Bélgica), o presidente do Clube de Roma, Ricardo Diez-Hochleitner (Espanha), Raoul Alfonsín (Argentina), Driss Ben-Sari (Marrocos), David Brubaker (Estados Unidos), Sylvie Paquerot (Canadá), Cândido Mendes (Brasil), Hasna Moudud (Bangladesh), Sunita Narain (Índia), Abou Thiam (Senegal), Anders Wijkman (Suécia) - para citar só algumas das mais conhecidas internacionalmente. O seu principal objectivo consiste em afirmar o direito ao acesso à água como um direito humano e social inalienável e básico, que os estados, a comunidade internacional, as regiões e as colectividades locais devem tratar como um bem comum da humanidade e não apenas, degradando-o, como um bem económico precioso (dentro de uma ou duas décadas talvez mais precioso do que o petróleo), sujeito e vulnerável às leis do comércio internacional da oferta e da procura.

A Casa do Cidadão e da Água foi outra realização extremamente imaginativa presente no II Fórum de Haia que procura articular dois conceitos decisivos para o nosso perturbado tempo: o conceito de cidadania - ou seja, da participação dos cidadãos nas decisões respeitantes à «coisa pública», a nível mundial - e o direito de acesso à água, como um direito humano e social básico. Com os seus «embaixadores da água», que vieram dos cinco continentes para animar o encontro e Mikhail Gorbatchov, patrono da organização, com a sua interessante Fundação (a que igualmente pertence) e a «Green Cross International». Porque, como diz Gorbatchov, com eloquência e sentido de responsabilidade, «é preciso salvar o

planeta Terra!»

A resolução discutida pelos ministros está longe de ser satisfatória para os militantes ecologistas presentes. O principal argumento avançado nesse projecto de resolução insiste no preço crescente da água, como bem económico e, sobretudo, na soma astronómica de investimentos que serão necessários para assegurar a modernização das redes de distribuição em grandes urbes, o emprego das novas tecnologias ultradispendiosas de despoluição e novos sistemas de irrigação que evitem o desperdício da água nos campos. Daí passam facilmente, em tempo de globalização das economias, para a necessidade de privatização dos recursos hídricos, em proveito das grandes companhias distribuidoras de água - as únicas que dispõem (segundo nos querem fazer crer) do capital necessário para prover aos investimentos indispensáveis. E depois? - perguntam os ecologistas: - quem fixará o preço da água e com que critérios? A resposta é simples: com o critério do lucro, que é o único que conhecem e a que obedecem. Onde vai parar, assim, o conceito do acesso à água como direito humano básico e social de todos os seres humanos? E como evitar, com tal critério, os conflitos já existentes - mas que tenderão a agravar-se - entre as grandes multinacionais de água, como sucede já agora entre o Canadá e os Estados Unidos?

No final da exposição que tive a honra de fazer, sobre este tema, num dos painéis do II Fórum, um dos participantes, por sinal norte-americano, perguntou-me no período de perguntas e respostas:

- Se pretende que o acesso à água é um direito comum a todos os humanos, o que fará com a Nestlé, que domina um importante segmento do mercado, visto que é proprietária da água Perrier?

Respondi-lhe que não era intenção, naturalmente, dos autores do Manifesto da Água - nem teriam esse poder, ainda que o desejassem - nacionalizar a água Perrier (que nem sequer aprecio em excesso, diga-se de passagem: não se compara com as nossas Vidago e Pedras Salgadas!). Mas, sim, alertar a opinião pública mundial para um assunto que lhes respeita no mais alto grau porque tem a ver com a sua própria sobrevivência.

Contudo, um deputado indiano presente, que pertence à rede dos parlamentares de todo o mundo empenhados na defesa da água como direito básico (presidida pelo deputado europeu Paul Lannoye) observou com alguma graça: «Se o preço da água vier a ser alinhado pelo custo de uma pequena garrafa de Perrier, na Índia, qualquer indiano não terá rendimento para beber, em cada mês, mais do que o correspondente a uma garrafa de Perrier...» Assim vão os debates sérios em tempos de globalização. Porque o que disse o deputado indiano é mesmo muito sério...

In «Expresso»



PATOLOGIAS DA DEMOCRACIA

Os sintomas de doença nas democracias são mais «infecciosos» que as demais patologias. Assiste-se com passividade absoluta ao desbroçar daquilo a que fomos habituados a ver e a viver em sociedade. Uma das especificidades comuns é a contemplação doentia do que acontece aos outros sem nos importarmos e incomodarmos. Para a nossa consciência desculpável, arranjam umas idiossincrasias, e assim vamos passando ao lado dos problemas. Será que os problemas passarão mesmo, só ao lado? Se analisarmos com consciência não! Algo sempre fica no nosso subconsciente, que nos incomoda e incomodando. As democracias precisam urgentemente duma terapia, com solidez, visão e frontalidade. Chegámos a uma altura, condicionada, é certo, pelos *media*, nas democracias, que sinceramente me faz pensar seriamente se vivemos com ela. Hoje é possível fazer-se quase tudo na maior das impunidades, o respeito pelos outros já não existe, e tudo começa a ser possível de se fazer: a mentira, a hipocrisia galopante, os meios que empregam para prejudicar intencionalmente seja quem for, nas Empresas, nos Estados, nos Partidos Políticos, etc., é deveras preocupante. As relações internacionais que se praticam são canibalizadoras e bastante fugidias. A corrosão patológica nas democracias quase não tem terapias que lhe valham. De qualquer modo, não podemos desistir de combater tão pernicioso quadro.

As democracias evoluíram muito pouco desde a sua criação e os homens que a consubstanciam, continuam a piorá-la. Nos vários tipos ou tipologias que representam, por exemplo, nas empresas, o que se está a manifestar é duma crueldade quase medieval ou inquisitorial. A sofisticação do prejudicar, maltratar, merece um reparo. Os casos mais gritantes são nas chamadas «reestruturações». O enxovalhamento que se pratica é criminoso e fere a dignidade psicológica e os direitos humanos de qualquer trabalhador. Como se despede, emprateleira, oculta, omite, ostraciza, é tenebroso. Mais curioso, geralmente os ofendidos são colaboradores eficientes, inteligentes e inovadores e, não nos esqueçamos, honestos. Será que os processos, que são mafiosos, estão a ser promovidos? Hoje a democracia empresarial funciona, não em partidos, não em ideologias, não pela eficiência, mas sim por grupos constituídos por indivíduos incompetentes, e corruptos, salvo as devidas excepções. Não nos esqueçamos das recentes declarações sobre a máfia que se está a instalar na Europa empresarial. Nestas situações nunca se sabe como muitos são nomeados, pela competência, alto intelecto, etc. Será aquela a nova escola de gestão nas empresas? Geralmente quem os nomeia está nesse enquadramento mental. Hoje, estão também a ser nomeadas «crianças» para lugares de responsabilidade. Quem os nomeia, penso que são no mínimo

incompetentes que querem subservientes e testas-de-ferro para manobrem ao seu bel-prazer. Ainda não percebi como se nomeiam administradores sem abrangência intelectual e que não entendem o que é uma empresa. A democracia política está toda ela infectada, as designações para os cargos políticos também estão doentes. A escolha de deputados que não fazem nada e o país a pagar milhares de contos por mês por cada «defensor do povo», é deveras preocupante. Os arranjos que se cozinhavam com bandos de incompetentes nas Empresas, Estado e Instituições dentro e fora do rectângulo é elucidativo da lepra que se instalou no regime democrático. O cidadão está a viver um sonho pesado que é o da democracia parasitária. A sociedade está a ficar infectada e tarda em haver terapias para o mal do século. A contradição, a complexidade e a diferenciação criam o animal individualista, sem valores, arrogante que quer dominar o pouco que existe como forma de dominar o que falta dominar e que ainda não fede. Nas escolas ensina-se ou devia ensinar-se, efectivamente, o que representa a empatia, solidariedade, amizade. Mas não, o que se observa é a ostracização cultural e a elevação do novo-riquismo e a ostentação. Há quem diga que é preciso obter o máximo no mais curto espaço de tempo, isto no que concerne ao materialismo. E é com teorias destas que estamos a viver e continuaremos... Fala-se de democracia. Qual democracia?

A de poucos a dominar a maioria? Isto não é democracia! Com que direito democrático uns têm tudo e outros nada têm? O que faz o Estado? Contemplação da situação? Espera-se que se morra para resolver. Resolução passiva? Será que para melhorar o PIB têm de morrer os desperdícios da sorte? Experimentem-se colocar os melhores, não obstaculizem as frontalidades, o mundo que aí vem não é para mastins nem para caniches. As democracias têm que ter os mais capazes na sua liderança e não mafiosos, berrantes e outros quejandos, sob pena de nos prejudicarmos exponencialmente. No universo da democracia, os competentes têm que estar à altura do combate à antidemocracia. Combate difícil, só pelo facto que as armas à partida não serem as mesmas proporcionalmente. O dinheiro corrompe, compra, avilta os homens e estes vendem-se facilmente. Está na altura, no tempo, daqueles que têm prejudicado as democracias na sua substância e que se encontram em lugares de poder influenciador serem expulsos. O espírito dessa «gentalha» é espírito retrógrado e de influências nefastas, não se pode ser ingénio com os «bem comportados», atávicos e mesquinhos. Mas o leque dos que podem engrandecer a democracia ainda é grande. Evitemos, mudemos, transcendamos, pela democracia, vale a pena lutarmos, mesmo que seja a vida toda. Democracia e Liberdade são palavras que valem todos os sacrifícios.



A RAÇA NÃO É SEQUER UMA IDEIA, É APENAS UM INSTRUMENTO DO ÓDIO E DO MEDO

O racismo é a expressão mais selvagem e primária da intolerância. Porque, no fundo, o racismo pressupõe, ainda que o tente disfarçar, que a dignidade humana é uma condição reservada apenas aos membros da família e a outras pessoas de aparência comum e procedimentos habituais, entre a vizinhança. Uma tonalidade da epiderme ou uma peça do vestuário, um traço fisionómico, a moda, um sotaque, um jeito ou a forma de andar são o tipo de ingredientes que identificam o grupo hostil. Desta forma, com algum afino, seria até possível descobrir numa mesma família tantas raças quantos os filhos que tivesse... pelo menos! Por isso, a palavra «raça» não indica sequer uma ideia: é apenas um instrumento do ódio e do medo - um preconceito, uma atitude reactiva em face da inevitável convivência intercultural que a sociedade

contemporânea nos impôs, a ilusão de um regresso impossível ao aconchego do estreme ou à solidariedade tribal. A 8 de Julho de 1999, discutia-se no Parlamento austríaco a revisão da lei da nacionalidade. Os requisitos para adquirir a nacionalidade austríaca, a imigração, o emprego, a segurança social, a ordem pública e a criminalidade são os temas predilectos da estratégia populista do chamado Partido da Liberdade, de Jörg Haider. As promessas não cumpridas do Governo em matéria de emprego, segurança e bem-estar são explicadas como o resultado de concessões antipatrióticas aos imigrantes e refugiados. Uma verdadeira «traição nacional», perpetrada por «políticos corruptos», agora mais perigosos, desde a adesão à União Europeia e na perspectiva do seu alargamento aos países de Leste... A propósito dos imigrantes, e ripostando a

uma interpelação, um deputado desse partido declarava: «O chador continua a ser, na Áustria, uma peça de vestuário estrangeiro, cara colega, e, ainda que o cheiro do famoso assado de cordeiro possa parecer exótico, em férias, não será um sinal de boas-vindas às varandas dos nossos prédios. Posso garantir-lhe! E a chamada dos fiéis à oração, do alto dos minaretes, não deve substituir, na Áustria, os sinos das igrejas, cara colega! (Aplausos na bancada do partido de Haider. Nova interpelação.) Os austríacos são xenófobos, ainda que vocês afirmem por vezes o contrário. Acolheram e integraram em 1956 e 1968 centenas de milhares de refugiados - mas tratava-se de refugiados com uma cultura semelhante à nossa, não de indivíduos que nos são completamente estranhos do ponto de vista cultural e de entre os quais alguns não querem e outros não podem ser

integrados.» Este quadro não nos é alheio. Infelizmente, foi preciso que a comunicação social expusesse alguns dos exemplos mais flagrantes de intolerância e ostracismo entre o bom povo de algumas aldeias, certas manchas suburbanas e até cidades universitárias, para que começássemos a compreender que o racismo e a xenofobia não são extravagâncias dos povos da Europa central. Quem não se lembra desse Portugal ainda tão próximo e actuante, onde as mulheres sérias não entravam num café, a política e a religião não eram servidas à mesa das famílias respeitáveis, qualquer perturbação se explicava pela interferência de agentes subversivos ao serviço de potências estrangeiras e onde os nacionalistas africanos, esses, não passavam de terroristas sanguinários... e ingratos?

In «Diário de Notícias»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Folclore em Albufeira

No Mercado Municipal de Areias de São João apresenta-se, no sábado, dia 22, pelas 11 e 30, o Rancho Folclórico da Freguesia de Olhos d'Água.

Um dia depois será a vez de ver actuar o Rancho Folclórico Infantil de Albufeira no Mercado Municipal dos Calijos, pelas 10 e 30.

Uma prova de cicloturismo, integrada nas comemorações do 25 de Abril, decorre terça-feira.

Acrobacias em Almodôvar

Hoje, a partir das 21 e 30, há Noite de Fados e domingo, pelas 15 horas, não perca o Concurso Hípico de Obstáculos.

Um dia depois, às 21 e 30, assista à actuação de Ruth Marlene e Baile com o conjunto Takitala.

Serão 24 horas quando, nos céus do Alentejo, poderá apreciar-se um belo fogo-de-artifício.

Para encerrar as comemorações do 26º aniversário da Revolução dos Cravos, a autarquia local promove jogos tradicionais, pelas 10 e 30, no Parque das Merendas e Parque da Feira.

De tarde (17 horas) haverá um espectáculo acrobático de molo, a cargo do Moto Clube de Almodôvar, um *show* que se repete às 22 horas.

Arraial em Coimbra

Amanhã, as salas de cinema do Centro Comercial Girassolum apresentam «Bicentennial Man», uma comédia assinada por Chris Columbus que conta com as atuações de Robin Williams, Sam Neill, Embeth Davidtz, Wendy Crewson e Oliver Patt.

O Parque Verde do Mondego será palco, durante todo o dia de terça-feira, de um grande arraial popular, com grupos de rua, um concerto e tasquinhas de gastronomia regional. Tudo num animado festejo da história contemporânea portuguesa que convida a saborear a liberdade.

Futebol em Fafe

«Melodia do Coração» é o título do filme que estará em exibição, no Estúdio Fénix, a este fim-de-semana.

Esta terça-feira, dia 25, arranca o XIV Torneio de Futebol Juvenil Fafe'2000, disputando-se até ao dia 10 de Junho.

Teatro em Faro

Assista hoje aos espectáculos «Noite de Coimbra, com Torre D'Anto e Ecos de Coimbra, no Conservatório (21 e 30); e «Recordar Zeca Afonso», um evento promovido pelos grupos de música da região, no Instituto Português da Juventude (22 horas).

A partir de amanhã e até ao dia 27 veja, na sala do Cinema Santo António, o filme de Maria de Medeiros, «Capitães de Abril». Para os fiéis admiradores de Oliver Stone, esta semana reserva uma surpresa: a estreia do seu mais recente filme, «Um domingo Qualquer», com Al Pacino e Cameron Diaz, em exibição no Golden City.

O Grupo de Dança da Fundação Pedro Ruivo apresenta-se, domingo e segunda-feira, pelas 21 e 30, no Conservatório.

A peça «Inimigos», baseada no polémico texto do dramaturgo inglês Nigel Williams, última produção do Sin-Cera – Grupo de Teatro da Universidade do Algarve – vai subir ao palco no salão nobre dos «Artistas» a partir de terça-feira, permanecendo em cena até ao dia 27.

A peça, com encenação de Pedro Wilson, aborda e explora a violência nas escolas e a criminalidade infantil.

Abril na Guarda

A Câmara Municipal e a Associação Oitavo Centenário promovem, a partir de hoje e até ao dia 25, o «Festival de Abril», no âmbito das comemorações dos 800 anos do foral da cidade.

O programa inicia-se com um concerto pela banda de música portuguesa 5ª Punkada, interpretando temas originais nas áreas do pop, rock e funk.

Amanhã é inaugurada, nos Paços do Concelho, uma exposição de fotografias intitulada «José Afonso, Andarilho, Poeta e Cantor» alusiva à vida e obra de Zeca Afonso.

A Associação Regresso das Caravelas apresenta sábado um espectáculo de teatro dedicado ao fundador do PAIGC, Amílcar Cabral, assassinado em 1973 pela PIDE.

O cantor Samuel realiza no dia 24, no Auditório Municipal, o concerto «Samuel canta Adriano Correia de Oliveira», num espectáculo evocativo deste cantor de fados de Coimbra e baladas.

O «Festival de Abril» termina terça-feira com o colóquio «Abril, 26 anos depois», em que Manuela Cruzeiro entrevista o Monteiro Valente, que liderou no Regimento de Infantaria 12, na Guarda, o movimento militar do 25 de Abril de 1974, quando era capitão naquela extinta unidade militar. O programa deste dia inclui o concerto «Cantar José Afonso».

Música em Guimarães

A película «Henry Fool», de Hal Hartley, pode ser vista hoje, no Auditório da Universidade do Minho, a partir das 21 e 45.

O cantor e músico Fausto estará no mesmo local, na segunda-feira, dia 24, a partir das 22 horas.

Na próxima quarta-feira, dia 26, haverá uma palestra às 15 horas e um concerto, pelas 21 e 30, no âmbito do ciclo Oito Instrumentos Oito Músicas – Flauta, no Auditório dos Bombeiros Voluntários das Taipas.

Cinema em Lisboa

Amanhã estreiam, nas salas de cinema lisboetas, os filmes «Um Domingo Qualquer», de Oliver Stone; «Capitães de Abril», de Maria de Medeiros; e «Scary Movie», de Keenen Ivory Wayans.

Olga Borodina (meio-soprano) e Dmitri Yefimov (piano) actuam na próxima quarta-feira, dia 26, pelas 19 horas, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, num espectáculo inserido no Ciclo de Canto desta entidade.

Está patente, na Galeria Barata, a mostra de Moisés Duarte intitulada «Eu com, ou, outras disposições».

A exposição decorre até 6 de Maio e pode ser vista de segunda a sábado, das 10 às 20 horas e das 20 e 30 às 23 horas.

Revista na Marinha Grande

Os Novos Sons de Abril poderão ser ouvidos, hoje, pelas 21 e 30, na Praça Guilherme Stephens.

O centro de convívio da ASURPI estreia, também hoje, a revista «A Música é Outra». A Sociedade Desportiva do Pilado Escoura foi o local escolhido para a realização de um café-concerto, a realizar-se a amanhã pelas 21 e 30, com canções do pós 25 de Abril.

Norberto Barroca encena, no dia 24, a partir das 23 horas, na Praça Guilherme Stephens, a reconstituição do 25 de Abril de 1974.

Os mais pequeninos poderão ver, no Teatro Stephens, o filme infantil «Tarzan», às 10 horas de terça-feira.

Vestidos em Portimão

A Igreja Matriz será palco, amanhã, pelas 21 e 30, do Concerto de Páscoa.

Este sábado, dia 22, assista ao II Concurso de Vestidos de Chita que decorre no Boa Esperança Clube Portimonense.

O II Encontro de Poetas Algarvios realiza-se este domingo, dia 23, no Boa Esperança Atlético Clube.

Imagens e gentes em Sintra

Encontra-se patente ao público, até ao dia 15 de Maio, nos espaços interiores do CascaShopping, a exposição «Sintra em Imagem e Sintra e as Suas Gentes».

Maria João + Mário Laginha

CHORINHO FELIZ

Estreia mundial

22 e 23 de Abril, 22 horas

Teatro Camões
Parque das Nações

SUGESTÃO

«Capitães de Abril»

O filme «Capitães de Abril», primeira obra de Maria de Medeiros como realizadora, estreia amanhã em quarenta salas de cinema portuguesas, com Joaquim de Almeida, Stefano Accorsi, Frédéric Pierrot e a própria Maria de Medeiros nos principais papéis.

A película, um projecto que demorou 13 anos a concretizar, é considerada a produção mais cara de sempre do cinema português.

«Capitães de Abril» promete emoção e até augura algumas lágrimas, sobretudo na cena da Rua do Arsenal, quando os que tentam contrariar a Revolução se recusam a disparar e se juntam a Salgueiro Maia.

Será (re)apresentado um momento verídico e inesquecível da Revolução dos Cravos à luz de um olhar feminino. A versão romanceada do levantamento militar de 1974 contida em «Capitães de Abril» não deverá chocar os espectadores. Afinal, trata-se de uma abordagem feliz mas ficcional que visa despertar um interesse renovado sobre o tema.

Aqueles mais rigorosos na sua maneira de ver a História não devem esperar ver uma factualidade a cem por cento. Trata-se de uma versão para filme munida de grande carga emotiva e dramática. Uma exibição a não perder para aqueles que querem recordar e muito menos para aqueles que querem saber...

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

«Se os caminhos se quebrarem...»

*Se os caminhos se quebrarem
saberei roubar as pedras!
Se o longo lago secar
saberei esconder as lágrimas
entre as margens reveladas!*

*Se as margens se limitarem
serão meus os seus limites
e pela noite mais negra
leves trotes de cavalo
trarão noites infinitas.*

*Ó alma sem escuridão
ó iluminada de breves
relâmpagos destruindo,
guarda o fogo guarda o fogo
consumindo os dias leves!*

*Ó dias passei velozes,
vosso destino é quebrar,
que eu sou o calmo vampiro
que das coisas destroçadas
devora o que sobejar.*

Maria Alberta Menéres



(IN)DEPENDÊNCIAS

Os acontecimentos mais recentes e noticiados que ocorreram no Grupo Parlamentar, têm o mérito de colocar em avaliação pública a «verdadeira natureza do mandato de deputado».

Segundo a Constituição, os deputados integram um órgão de soberania que é representativo de todos os cidadãos portugueses, sendo-lhes assegurado, obrigatoriamente, condições para poder exercer com independência e liberdade o seu mandato.

Sucede, contudo, que no nosso sistema político desempenha papel crucial o Governo, cuja legitimidade decorre e é buscada na Assembleia da República, onde pode ser destituído se, em determinado momento e, em questões de relevância nacional, não obtiver a maioria dos apoios. Ocorre ainda que os deputados se encontram organizados em Grupos Parlamentares e que a sua eleição para o Parlamento só é possível quando integrados em listas apresentadas a sufrágio pelas formações partidárias.

Temos pois um regime que associa a estabilidade governativa, à manutenção do apoio estável que o Governo consiga na Assembleia da República.

Ora esta situação recoloca a análise da função de deputado para a sua inserção no quadro da formação partidária a que pertence.

Sendo o elemento constituinte do poder do governo, ao aprovar (ou não rejeitar) o respectivo Governo, o deputado tem o dever constitucional de assegurar as condições de governabilidade sempre que estiverem em

causa, situações decorrentes desse Programa ou que com ele sejam conexas. Acresce ainda que os deputados têm deveres para com os partidos que os propõem que podem estar ou não estratificados num «contrato» especial (ou apenas nos Estatutos do Partido) e, ao cumprimento desses deveres, também se encontram vinculados constitucionalmente. A questão é, portanto, a de saber como conciliar a indiscutível natureza constitucional da representatividade, independência e liberdade com o inquestionável dever de contribuir para a governação estável do País.

Não tenho quaisquer dúvidas que as questões decorrentes do Programa do Governo, ou com ele conexas, devem merecer do partido maioritário, sempre, um voto positivo.

Tal não significa que não compita aos deputados procurar influenciar ex-ante as decisões tomadas pelo executivo ou que não deva fiscalizá-lo ex-post.

Arrumadas, pois, as questões da governabilidade (propostas do Governo, projectos de lei do Grupo sobre matérias da sua competência que correspondam a compromissos eleitorais, projectos da oposição que descaracterizem a governação, apreciações parlamentares, moções de censura ou de apoio, etc.) ficam outras matérias que não sendo essenciais a essa governabilidade podem ser apreciadas na lógica individual de cada deputado.

Faz-se normalmente em relação a essas matérias uma invocação errada quando se evidencia a chamada obrigação de

consciência (mesmo se ela se materializa em tomadas de posição colectivas que são a negação do princípio da objecção individual).

Também aqui há questões menores e questões maiores.

As menores são normalmente associadas à defesa de interesses locais bem identificados (muito importantes aliás para os seus proponentes) mas que pouco motivam ou mesmo contrariam os restantes.

Não há neste domínio nenhuma dificuldade especial. A liberdade de voto deve ser assumida sem preconceitos ou medos.

As questões maiores (interrupção voluntária da gravidez, liberdade religiosa, regime de uniões de facto, etc., etc.) ou são efectivamente questões de objecção de consciência e, como tal, devem ser tratadas (desde que não ponham em causa o objectivo essencial da sua aprovação se essa for a vontade maioritária do Grupo), ou são divergências que só podem ser resolvidas pela manutenção da disciplina de voto assegurando o princípio da divulgação pública da discordância ou, no limite, a suspensão do mandato de deputado.

Em forma simples e necessariamente sintética é este o meu entendimento sobre o (meu) mandato parlamentar.

São estas as minhas regras e as minhas convicções.

Não sou mais ou menos (in)dependente do que outros que escolhem e têm caminhos diferentes.

A mim basta-me servir o PS, os seus princípios, o seu programa, a sua cultura e a sua história.

«O mundo da "nova economia" é um gigantesco hipermercado virtual, desregulado e anárquico»

Alfredo Barroso

Expresso, 15 de Abril

«São muitos os que enriquecem depressa, sem trabalho e esforço. São bem mais os que ficam pelo caminho. E cada vez maiores as desigualdades»

Idem, ibidem

«Já toda a gente sabe quem é o grande mentiroso dessa história do Porto 2001»

Manuel Maria Carrilho

Notícias Magazine, 16 de Abril

«Fazer política para mim tem a ver com convicções profundas, que procuro fazer partilhar pelos outros»

Idem, ibidem

«A ditadura da economia de mercado conduz à negação da política»

Idem, ibidem

«Cá, a direita defende que o Estado não deve apoiar a criação»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macao	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macao	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.